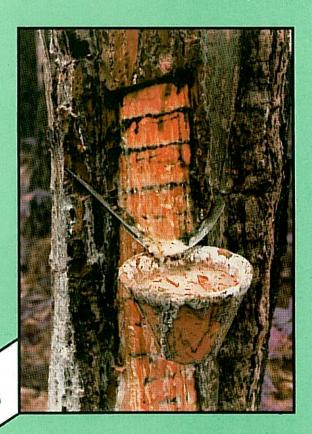
MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

o Programa de Acção Florestal

E O DESENVOLVIMENTO DA FLORESTA PORTUGUESA



Prémio Economia Regional 1990

Estudos Sectoriais №3

Coimbra, 1991

ÍNDICE

		Pág						
PREÂMBULO NOTA DE APRESENTAÇÃO								
1.	BREVE RESENHA DAS POLÍTICAS FLORESTAIS ANTERIORI AO PROGRAMA DE ACÇÃO FLORESTAL (P.A.F.)							
2.	CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO FLORESTAL NA ALTUR DA IMPLEMENTAÇÃO DO P.A.F							
3.	ENQUADRAMENTO E APRESENTAÇÃO DO P.A.F	19						
4.	DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO P.A.F.	23						
5.	INSERÇÃO DO SECTOR FLORESTAL A NÍVEL ECONÓMICO	29						
	5.1. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE DE DIVERSAS ESPÉCIES. A - Eucalipto	31						
	5.2. COMPARAÇÃO COM OS INCENTIVOS DADOS A CADESPÉCIE	A 36						
6.	INSERÇÃO DO SECTOR FLORESTAL A NÍVEL SOCIAL	39						
7.	INSERÇÃO DO SECTOR FLORESTAL A NÍVEL AMBIENTAL	43						
8.	ANÁLISE DOS RESULTADOS ATINGIDOS COM O P.A.F	49						
9.). CONCLUSÃO 7							
BIBLIOGRAFIAAGRADECIMENTOSANEXOS								

PREÂMBULO

De há muito tempo a esta parte, a Comissão de Cordenação da Região Centro (CCRC) vem procurando estudar com afinco os vários sectores de actividade económica e social da Região, quer através dos seus próprios meios técnicos, quer associando-se proficuamente às Universidades, aos Institutos Politécnicos e a outros centros de estudos.

Nessa linha de actuação, foi estabelecida uma colaboração intensa com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), que tem demonstrado ser enriquecedora para as duas instituições, pela vitalidade das relações, formais e informais, que tem assumido.

Foi, por conseguinte, com entusiasmo que a CCRC viu surgir a instituição do Prémio *Economia Regional*, destinado a premiar anualmente o melhor trabalho apresentado na disciplina de Economia Regional da licenciatura em Economia da referida Faculdade, conjugando a iniciativa dos meios académicos com o apoio do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e da Associação Comercial e Industrial de Coimbra e que acedeu a participar na selecção dos trabalhos candidatos.

A decisão de editar, na medida das suas disponibilidades, os trabalhos que venham a ser premiados surge assim como um corolário natural no âmbito das actividades da CCRC, tendo em vista a qualidade, a inovação e a frontalidade que os estudantes universitários, incentivados e acompanhados pelos docentes da FEUC, imprimem aos trabalhos académicos.

Foi uma decisão ainda tomada pelo Presidente cessante, Senhor Engº Carlos Loureiro, entretanto chamado a altas responsabilidades governativas, que naturalmente não poderia deixar de ser concluída pelos seus sucessores.

O inquestionável acerto nessa decisão, bem como a inclusão do estudo premiado na Série Estudos Sectoriais, já existente na CCRC, são ainda corroborados com a qualidade intrínseca do estudo e a pertinência do sector escolhido: a floresta. Sendo a exploração florestal uma das actividades mais relevantes na economia da Região Centro, por vezes referida como o nosso "petróleo verde", e tendo presente a analogia entre "petróleo" e "ouro negro", bem se pode afirmar que o Prémio Economia Regional abre com chave de ouro.

Coimbra, Dezembro de 1991

O Vice-Presidente da CCRC

(Dr. Alberto Alves Santos)

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A floresta constitui, como é sabido, um dos recursos mais importantes da Região Centro. Apesar disso, o conhecimento da sua influência na economia da região e no modo de vida das pessoas que nela habitam é bastante reduzido, devido não só à falta de informação actualizada com também à própria especificidade da exploração florestal na região, que torna o seu estudo bastante problemático. Assim, todos os esforços, ainda que despretenciosos, para colmatar esta lacuna serão sempre benvindos e merecedores de atenção.

O trabalho que agora se publica resulta do esforço de três estudantes da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e foi realizado, no âmbito da cadeira de Economia Regional, durante o segundo semestre do ano lectivo de 1989/1990. Nele, os autores procuram contribuir para uma avaliação do impacto do Programa de Acção Florestal, fazendo incidir a análise especialmente na área da Circunscrição Florestal de Coimbra. Embora o trabalho não pretenda ser um estudo completo sobre o assunto (deve lembrar-se que ele foi realizado, com poucos meios, num curto período de cinco meses), ele não deixa de ser um contributo interessante para a discussão desta questão.

Foi, aliás, esse esforço, aliado à qualidade geral do estudo, que levou a que este trabalho fosse, em 1990, considerado vencedor do Prémio de Economia Regional, concurso patrocinado pelo Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL) e pela Associação Comercial e Industrial de Coimbra (ACIC), e com a participação da Faculdade de Economia da

Universidade de Coimbra (FEUC) e da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC) .

Este "Prémio de Economia Regional" é um sinal encorajador de colaboração entre instituições diferentes e abre perspectivas para relacionamentos mais complexos e mais ricos. Para além disso, e desde logo por eleger a Região Centro como principal objecto de estudo, o Prémio estimula a investigação da sua realidade económica, cujo conhecimento é um elemento fundamental para uma uma progressiva afirmação desta Região.

J. Allerin

(Prof. Doutor Henrique Soares de Albergaria)

1. BREVE RESENHA DAS POLÍTICAS FLORESTAIS ANTERIORES AO PROGRAMA DE ACÇÃO FLORESTAL (P.A.F.)

Até finais da década de 30, as acções empreendidas pelo Estado limitavam-se à produção de legislação dispersa e pontual. Com a lei nº 1971 de 15 de Junho de 1938 do povoamento florestal, surgiram as políticas de arborização.

A lei do povoamento florestal determina que os terrenos baldios considerados de utilização florestal sejam arborizados pelo Estado, prevendo que os terrenos particulares incluídos nos perímetros já reconhecidos sejam arborizados pelos seus proprietários, em conformidade com projectos elaborados pelos serviços florestais; caso contrário, o Estado poderá adquirir ou expropriar tais terrenos com aquele mesmo fim. Prevê-se na mesma lei a concessão de empréstimos pela Caixa Geral de Depósitos destinados às referidas arborizações por prazos não inferiores a 30 anos.

A verdade é que a lei, inspirada nas linhas de fomento rural traçadas por Oliveira Martins, só muito timidamente se ocupou da propriedade particular: apenas visou os perímetros florestais.

O segundo escalão do Fomento Florestal Português institucionalizou-se com a lei nº 2069 promulgada 16 anos depois da lei do povoamento florestal. Com ela, visou-se o estabelecimento em propriedade particular de florestas de protecção com carácter de utilidade pública urgente, sempre que a arborização se afigure indispensável para garantir a fixação e a conservação do solo.

Faltava, no entanto, a definição de princípios e a regulamentação prática que facultem o fomento e a implantação de matas de exploração com intervenção do

61 41

Estado, economicamente rentáveis e com finalidade industrial. Este desiderato regeu o decreto lei nº 45443, de 16 de Dezembro de 1963, que conferiu mais latas atribuições ao Fundo de Fomento Florestal e Aquícola, tendo como finalidade principal estimular, financiar e promover a arborização dos solos de utilização florestal ou silvo-pastoril do Património Particular.

Para o efeito foram criadas zonas servidas por Planos Regionais de Arborização, nos quais, a partir do quarto ano, o Fundo ficaria autorizado a arborizar directamente os solos de capacidade de uso predominantemente florestal, debitando ao proprietário os encargos havidos com a arborização, não se concedendo quaisquer subvenções.

Os empréstimos concedidos pelo Fundo de Fomento Florestal e Aquícola, ou as despesas por estes realizadas em trabalhos executados directamente, sujeitos a taxas de juro irrisórias, serão reembolsados ao longo de um período máximo de 30 anos mediante:

- amortizações vencidas aquando da realização das produções florestais, valendo a quota de amortização 50% dos rendimentos brutos auferidos nas matas constituídas com auxílio do Fundo;
- amortizações vencidas aquando da realização das produções provenientes da exploração agro-pecuária dos solos directamente beneficiados pelos trabalhos florestais financiados pelo Fundo. Nas zonas servidas por Planos Regionais de Arborização e findo o prazo atrás referido, o Fundo libertará o prédio de qualquer encargo que sobre ele ainda subsista. Nas zonas não abrangidas nestes planos, cada pedido de financia-

mento é analisado caso a caso (tendo que abranger uma área superior a 50 ha) sendo a aprovação dependente do interesse nacional.

A partir de 1981 iniciou-se um processo de Arborização, que teve o seu termo em Setembro de 87 e foi financiado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. O seu objectivo era o desenvolvimento florestal para produção lenhosa, embora contemplasse apenas as Regiões Norte, Centro e Litoral Atlântico.

 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO FLORESTAL NA ALTURA DA IMPLEMENTAÇÃO DO P.A.F.

Em Portugal, nunca houve uma Política Agrícola que – considerando todas as particularidades do Sistema Agrário Português – projectasse as medidas que permitissem à Agricultura Portuguesa ultrapassar e sair do marasmo em que se encontrava, a cerca de uma década do fim do milénio, de forma sustentada e continuada.

Esta mesma situação influenciou, como não poderia deixar de ser, o sector florestal, atribuindo-lhe determinadas feições consubstanciadas nas seguintes características:

- Ausência de um correcto ordenamento e zonamento da produção. É fundamental definir o que se deve produzir e onde se deve produzir, em função do conhecimento das exigências das culturas e das suas interacções nos sistemas culturais.
- Os produtores florestais produzem em regra para vender (oferta) a quem utiliza (procura) os seus produtos bens (em geral matérias-primas) e serviços. Mas as influências da procura e da oferta no mercado português não se equilibram: ao passo que os produtores são extremamente numerosos e não conseguiram ainda juntar-se em organizações fortes, certos consumidores industriais são em pequeno número e grande dimensão, pelo que têm muito maior peso na formação dos preços.
- Recurso a tecnologias de produção muito incipientes e desajustadas, por via da regra, dos objectivos

61 11

pretendidos. No séctor florestal, a situação generalizada do ponto de vista tecnológico é de abandono dos povoamentos, não ordenados, não podados, não limpos, com reflexos nefastos na produção, quer pelo maior risco de incêndios, quer pelo acentuado decréscimo da produção.

- Os estrangulamentos decorrentes das características das estruturas fundiárias e empresariais são muito importantes e de difícil ultrapassagem. O predomínio de explorações com reduzida dimensão – restrição agravada pela grande dispersão das parcelas que as constituem – limita a produtividade do trabalho e dificulta a racionalização dos sistemas culturais.
- Um outro estrangulamento significativo para a modernização do sistema florestal deriva das características etárias e culturais dos empresários florestais. Trata-se de uma restrição fundamental que condiciona a divulgação do progresso tecnológico e a transformação das condições de produção, o que se traduz no sub-aproveitamento dos recursos, e no emprego de métodos de gestão e organização deficientes.
- O último bloqueamento integra aquilo que usualmente se designa por factores institucionais. Trata-se de factores que actuam como envolventes da produção, intervindo a montante e a jusante desta. Integramos nesse conjunto a política de investigação e ensino de extensão e vulgarização, o crédito, a política de preços e

mercados, o associativismo e a ausência de uma planificação silvo-industrial.

Em termos estatísticos, a produção florestal portuguesa assentava na existência de áreas florestais que se quantificam conforme o Quadro I.

Quadro I

ÁREA FLORESTAL POR ESPÉCIES (em ha)

Folhosas		1 723	2 395	4 843	9 589	963	2 627	1310	18 740	3 981	1 336	459	1355	1 606	3 207	1 119	4 521	5714	3 060	68 548
		4	1	4 032	10 253	4 927	772	ı	ı	329	410	111	891	695	14	1	3 701	13 252	320	241
Carvalho				4 (10.2	4				15 329	17		10.891				3.7	13.2	23	67 841
Casta-	nheiro	176		-	12 538	1779	257	28	154	6 533	79	1	1 199	B	20	•	17	3 803	3 750	30 367
Azinheira		I	164 728	ı	5 065	39 422	9	159 086	7 456	1 825	71	1	79 156		2 861	15 764	B	B	-	475 375
Sobreiro		21	101 962	191	14 422	21 299	119	137 220	41 866	4 050	292	908 6	108 781	1	127 434	136 846	7	877	096	700 628
Eucalipto		31 346	27 864	6 540	261	12 746	16 651	20 655	21 472	106	23 292	18 448	23 448	8 147	61 299	32 589	648	95	7 452	318 349
Resinosas Eucalipto Sobreiro Azinheira	Diversas	40	380	8 068	12 708	110	699	14	26	234	29	1 125	8	2 081	•	242	5 485	10 130	247	36 696
Pinheiro	Manso	96	4 600	13		82	986	3 918	4 401	211	914	1 576	726	37	3 674	32 089	54	ı	1 504	54 911
Pinheiro	Bravo	699 26	1 869	74 692	19 085	156 724	164 414	3 476	3 882	98 302	115 026	13 650	12 057	74 327	94 790	45 509	61 684	78 620	182 593	1 298 551
Área	Inculta	24 788	125 000	55 662	213 600	109 690	48 640	21 700	116 700	157 360	34 910	24 680	28 290	24 809	38 470	36 700	206 89	140 868	97 620	1 362 373
Área	Florestal	132 200	304 800	96 875	85 100	238 640	188 800	325 900	000 66	136 410	135 700	41 100	253 680	87 800	271 400	267 500	78 369	114 900	204 600	3 062 774
Área	Total	279 971	1 028 290	269 531	659 980	999 799	397 150	739 720	499 050	553 490	351 180	275 350	608 260	234 146	669 320	510360	222 220	430 889	501 190	8 842 703
DISTRITOS		AVEIRO	BEJA	BRAGA	BRAGANÇA	CASTELO BRANCO	COIMBRA	ÉVORA	FARO	GUARDA	LEIRIA	LISBOA	PORTALEGRE	PORTO	SANTARÉM	SETÚBAL	VIANA DO CASTELO	VILA REAL	VISEU	TOTAL

Fonte: I.F.N. - DGF

Quanto ao regime de propriedade, a área florestal encontrava-se distribuída da seguinte forma:

Ur	nidades: ha
	1.298.551
Matas do Estado	47.000
Matas Comunitárias	290.000
Sector Privado	940.551
Empresas Industriais	21.000
e no repeats from a set many l	
Pinheiro Manso	54.911
Sector Privado	54.911
Outras Resinosas	36.696
Matas do Estado	4.696
Matas Comunitárias	32.000
a per aja mentas eller rajandana averg eller och	
Eucalipto	393.106
Sector Privado	313.106
Empresas Industriais	80.000
Sobreiro	700.628
Matas do Estado	60.000
Posse útil de colectivos de trabalhadores	160.000
Empresas Industriais	4.000
Sector Privado	476.628
Azinheira	475.375
Sector Privado	475.375
nothing of the second	
Carvalhos	67.841
Sector Privado	67.841
Castanheira	30.366
Sector Privado	30.366

Outras Folhosas e Mistos	68.548
Sector Privado	68.548
Medronheira	 15.370
Sector Privado	15.370

O sector privado detinha assim cerca de 78% da área florestal, contra apenas 9,8% das matas comunitárias, 3,8% de matas públicas, e 3,4% de matas na posse de empresas industriais, o que desde logo demonstra a importância do sector privado na nossa área florestal.

Em relação ao sobreiro e azinheira, a estrutura de propriedade por classes de dimensão e por proprietário, faz ressaltar a média e as grandes dimensões.

Já em relação ao pinho, a estrutura tem um carácter minifundiário que se pode evidenciar pela existência de cerca de 600.000 proprietários para uma área de 947.000 ha (o que se traduz numa dimensão média por proprietário de cerca de 1,6 ha). Esta deficiente distribuição é ainda agravada frequentemente pela dispersão da propriedade em parcelas separadas.

A distribuição da área de eucalipto por classes de dimensão de propriedade é também de carácter minifundiário no Norte e Centro do país e de média e grande dimensão no Sul.

Esta existência florestal tem possibilitado a seguinte produção dos mais relevantes produtos florestais:

Madeira de Pinho (serração e rolaria)	6,7 milhões m ³
Resina	138.000 ton.
Eucalipto (serração e rolaria)	4,1 milhões m ³
Cortiça	145.000 ton.

3. ENQUADRAMENTO E APRESENTAÇÃO DO P.A.F.

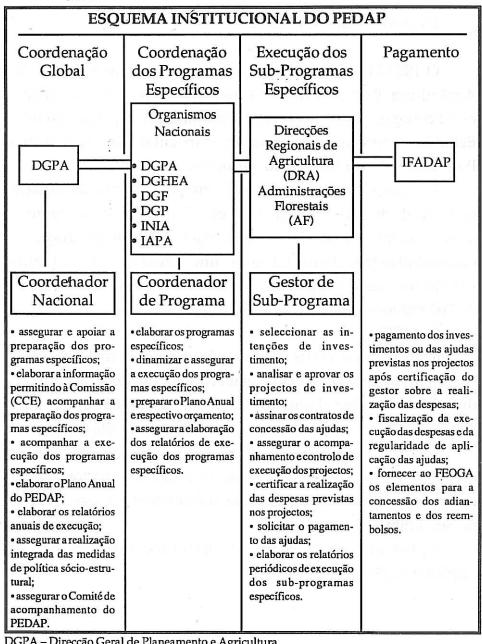
O PEDAP - Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa tem a sua génese no reconhecimento por Portugal, pelas instâncias Comunitárias e pelos restantes Estados Membros, da situação particular da Agricultura Portuguesa, face à integração europeia.

Os seus objectivos são a melhoria do conjunto da situação estrutural do Sector Agrícola em Portugal, bem como o melhoramento sensível das suas condições de produção e comercialização. Para tal terá uma duração de 10 anos envolvendo uma comparticipação financeira da Comunidade de 700 milhões ECU (cerca de 105 milhões de contos).

O PEDAP concretiza-se através de Programas que abrangem uma ou várias medidas de aplicação regional, inter-regional ou nacional, cuja elaboração obedece às normas definidas no Regulamento (CEE) nº 3828/85 e que são necessariamente submetidos a aprovação comunitária.

Os Programas definem as entidades responsáveis pela sua execução e estabelecem o conjunto de regras orientadoras a que devem obedecer os projectos de investimento a desenvolver no seu âmbito.

Apresentamos a seguir a estrutura institucional de implementação do PEDAP.



DGPA – Direcção Geral de Planeamento e Agricultura

DGHEA – Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola

DGF - Direcção Geral das Florestas

DGP - Direcção Geral da Pecuária

INIA – Instituto Nacional de Investigação Agrária

IAPA - Instituto de Apoio à Comercialização e Transformação de Produtos Agrícolas

DRA's – Direcções Regionais de Agricultura

IFADAP – Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca

Dos Programas formálmente enviados à Comissão da Comunidade, destacamos os seguintes:

- Regadios tradicionais
- Caminhos agrícolas e rurais
- Electrificação das explorações agrícolas
- Drenagem e conservação dos solos
- Olivicultura
- Acção florestal

O PAF é, por conseguinte, a componente florestal de Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa. eti interendi. Listoj 1. din riturno di proposi pro lasti Restitoj ki interestan della della tra

of PAP december of age from a composition of ratial de Registant Lauranne de Doscurstvian de le destinations Paramete

4. DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO P.A.F.

Como programa estrutural, o P.A.F. apresenta uma perspectiva de fomento do uso múltiplo da floresta. Deste modo o P.A.F. apresenta os seguintes grandes objectivos:

- A florestação de novas superfícies, nomeadamente de solos incultos de aptidão florestal e de solos agrícolas marginais;
- A beneficiação de florestas existentes;
- Acções de combate e prevenção de incêndios;
- Fomentar a apicultura, caça e o lazer;
- Assegurar e optimizar o rendimento sustentado da floresta através da constituição de agrupamentos de produtores florestais.

Com vista a atingir estes objectivos são concedidas ajudas sob a forma de subsídios aos projectos apresentados que se enquadram nas seguintes acções:

- Arborização entendida como expansão de uso florestal múltiplo de novas áreas;
- Recuperação de povoamentos degradados por estabelecimento da densidade de povoamento adequado e ainda de sistemas de exploração racionais, nomeadamente montados de sobro, azinho e pinhais;
- Reflorestação de áreas devastadas pelos incêndios;
- A realização de trabalhos complementares de características infra-estruturais:
 - Instalação de redes de estradas e caminhos florestais;

- Instalação de redes divisionais com vista a uma compartimentação adequada, a uma exploração racional e à defesa quanto à propagação de incêndios;
- Construção de pequenas barragens de apoio ao combate a incêndios.
- Formação de vulgarizadores e acções intensivas de vulgarização de técnicas de florestação;
- Produção de sementes seleccionadas.

As referidas ajudas, a fundo perdido, concedidas para as diferentes espécies aos beneficiários individuais ou aos agrupamentos de produtores florestais vêm resumidas no Quadro II:

Quadro II TAXAS DE COMPARTICIPAÇÃO DO P.A.F.

		% SUBSIDIADA
Beneficiário individual com área entre 5 e 10 ha	Arborização com espécies de crescimento rápido para rolaria	30%
	Outros investimentos	60%
Beneficiário individual com área superior a 10 ha	Arborização com espécies de crescimento rápido para rolaria	20% (*)
	Outros investimentos	60%
Agrupamento de Produtores Florestais com área entre	Arborização com espécies de crescimento rápido para rolaria	50%
5 e 10 ha	Outros investimentos	80%
Agrupamento de Produtores Florestais com área entre	Arborização com espécies de crescimento rápido para rolaria	20% (*)
10 e 50 ha	Outros investimentos	80%
Agrupamento de Produtores Florestais com área	Arborização com espécies de crescimento rápido para rolaria	20% (*)
superior a 50 ha	Outros investimentos	90%
Investimentos de Utilidade P	ública	100%
Caminhos Florestais, linhas C	Corta-Fogo e Pequenas Barragens	100%

(*) Nestes casos a área a afectar à plantação de eucalipto não deverá exceder 25% da área total a arborizar, não podendo contudo esta percentagem ultrapassar os 100 ha por projecto e beneficiário.

Nos casos de rearborização com a mesma espécie, qualquer que seja, mantêm-se em vigor a Portaria nº 570/88.

Há ainda a considerar prémios equivalentes a 10% dos custos orçamentados sempre que o investimento seja considerado de interesse regional ou nacional, nomeadamente:

- a) Instalação de montados de sobro em áreas votadas a outros usos ou adensamento e melhoria de povoamentos degradados.
- b) Florestação com espécies produtoras de lenho de qualidade ou alongamento de revolução em povoamentos existentes, com vista à produção de material utilizável pela indústria de mobiliário e contraplaçado ou carpintaria.
- c) Instalação de faixas de arvoredo de crescimento lento para compartimentação de paisagem com vista à protecção de áreas agrícolas.
- d) Associações de 5 ou mais produtores legalmente constituídas e titulares de 50 ha ou 100 ha de área contínua, conforme se situem respectivamente a Norte ou a Sul do Tejo.

O PAF visa todo o território Nacional Continental e tem uma duração de 10 anos, comportando uma primeira fase de 3 ou 4 anos, sendo o total das verbas disponibilizadas cerca de 56,940 milhões de contos.

Podem concorrer a este programa entidades singulares ou colectivas, públicas ou privadas, detentoras legítimas de área de uso ou vocação florestal, desde que seja igual ou superior a

610

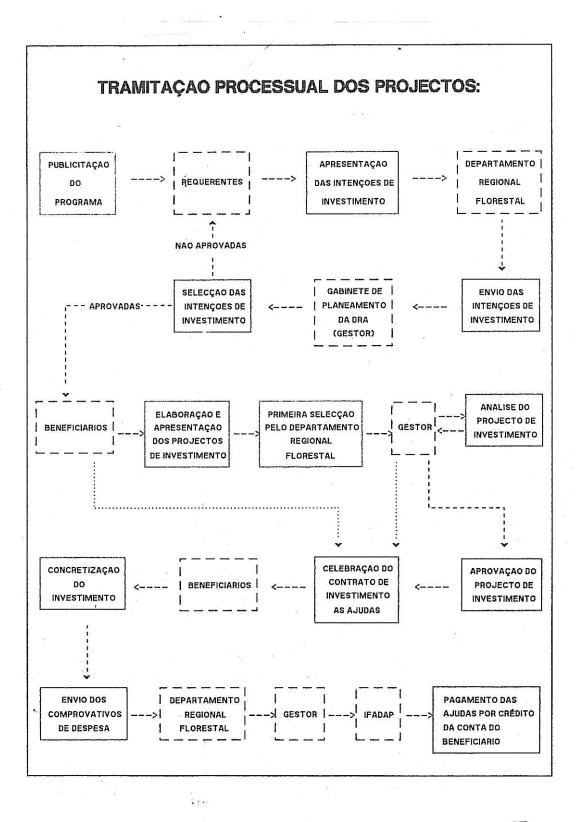
5 ha, sendo o limite máximo por beneficiário de 250 ha. No caso dos beneficiários se encontrarem associados em APF (Agrupamento de Produtores Florestais), o limite é determinado em função do número de beneficiários, que não poderão exceder individualmente os 250ha.

Os candidatos à ajuda manifestam a intenção de investimento através do preenchimento de um impresso (Carta de Intenção de Investimento), fornecido pelos Serviços Regionais da Direcção Geral da Floresta (D.G.F.), a ser entregue até ao dia 1 de Março de cada ano.

Os serviços da D.G.F. verificam a conformidade das candidaturas no prazo máximo de 15 dias. No caso duma decisão positiva fornecem ao interessado o formulário a que deve obedecer o Projecto de Investimento a ser entregue até ao dia 15 de Maio de cada ano.

Aprovado o projecto de investimento, é assinado um contrato entre o beneficiário e a D.G.F.. Os pagamentos feitos pelo IFADAP directamente aos beneficiários, processam-se conforme o progresso da execução dos trabalhos, contra a entrega nos Serviços Regionais da D.G.F. dos documentos comprovativos das despesas efectuadas.

ala kesa ela se tabigat azerozatuak tadbatina 🗝 espilafiaj sutvisiatua



5. INSERÇÃO DO SECTOR FLORESTAL A NÍVEL ECONÓMICO

As contribuições directas e indirectas do sector florestal para a economia nacional são substanciais. Os produtos florestais constituem uma parte significativa do produto bruto agrícola.

O sector florestal produz principalmente bens para transformação pelas indústrias (serração, carpintaria, marcenaria, aglomerados, celulose, destilação de resina, manufacturas de cortiça, etc...). Como estas indústrias são múltiplas e cada uma delas, além de matérias-primas, precisa de energia, maquinaria e equipamento, preparados químicos e outros produtos chamados intermédios, cria-se assim uma grande rede de ligações entre muitas actividades, o que tem bastante significado para ocupação de pessoas e para o desenvolvimento do país.

Como não consumimos todos os bens de origem florestal que produzimos, podemos exportar a maior parte (cerca de 15% das exportações nacionais). Além disso, somos excedentários nos produtos em que a CEE é deficitária e deficitários nos produtos em que a CEE é excedentária, o que demonstra bem a importância e as potencialidades deste sector. Por esse motivo, o sector florestal ocupa uma posição forte no conjunto das nossas vendas ao estrangeiro, o que é importante, pois o saldo das trocas internacionais em que o nosso país intervém é negativo, e aí reside um dos pontos fracos da economia nacional. No entanto, verifica-se a inexistência de um correcto aproveitamento dos recursos florestais (a nível da transformação da própria matéria-prima e das indústrias a jusante), que se traduz na exportação de produtos com baixo valor acrescentado.

Por outro lado, verifica-se que o sector silvícola apresenta, no conjunto dos sectores de actividade presentes na economia nacional, dos menores valores para a "taxa de dependência externa", ou seja, o seu impacto em termos de importações é reduzido, o que permite aferir a sua importância para a não degradação da Balança Comercial.

A actividade florestal dispõe em Portugal de uma margem territorial considerável para a sua expansão. Com efeito, os bons solos não abundam, de modo que uma grande parte da área cultivável do nosso país não é susceptível de fornecer produtos agrícolas, em especial alimentares, a preços que se harmonizem com a capacidade de compra de numerosas pessoas, resultando mais conveniente para elas adquirir os mesmos produtos importados mais baratos de outros países da CEE. Deste modo, a nossa produção agrícola, sob pena de não ter escoamento, deverá confinar-se aos melhores terrenos onde é possível produzir mais barato. A utilização a dar à parte que resta será muito frequentemente uma utilização florestal.

5.1. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE DE DIVERSAS ESPÉCIES

Vamos proceder à análise de rendibilidade de algumas espécies florestais, tendo escolhido aquelas que achamos mais representativas na Região Centro: Eucalipto e Choupo (espécies de crescimento rápido), Pinheiro Bravo (espécie de crescimento lento).

Esta análise não pretende de modo algum ser exaustiva e directora, pretendendo apenas apreender as razões que têm vindo a pesar nas decisões de arborização dos proprietários florestais nacionais.

Para isso recorremos a valores médios, dado que se verifica a influência de variáveis não quantificáveis (tipo de solo, intensidade da cultura, qualidade de plantas, etc.), o que desde logo limita o alcance da nossa análise. Assim, recorremos a valores referentes a terrenos de qualidade média, bem como a um mesmo período de análise (36 anos), utilizando preços constantes.

A. EUCALIPTO

Embora não seja a espécie de maior implantação na Região Centro, é sem dúvida a que tem verificado um crescimento mais rápido. A esse facto não serão alheias as razões de ordem económica, em que se apresenta com enormes vantagens em relação às restantes (como se poderá ver a seguir).

Numa zona média (no caso da Região Centro, tomámos o concelho de Mortágua), na qual se aplica o compasso de 3 x 3 (espaço entre árvores de três metros por linha e por coluna), o crescimento médio por hectare e por ano é de 15 a 20 metros cúbicos.

Durante o período de análise considerado (36 anos), esta espécie é sujeita a 3 cortes. O valor da árvore em pé é de cerca de 3.000\$00 por metro cúbico.

No que se refere aos custos, podemos considerar os de instalação, que englobam a preparação do terreno, a aquisição de plantas e o seu plantio, o que corresponde a uma despesa média de 160 contos por hectare. No 2º ano após a realização de cada corte, procede-se à selecção de rebentos na toussa, o que leva 5 a 10 dias de trabalho, cujo preço médio é de 2.000\$/dia.

Devemos ainda ter em conta os custos inerentes à remoção das toussas no final do período em análise, que normalmente rondam os cem mil escudos por hectare.

Outro custo que normalmente existe é o da limpeza de matas, embora o material lenhoso que daí se obtém possa ser considerado suficiente para os custos suportados. Além disso, a limpeza das matas é uma operação que está a ser parcialmente posta em causa, na medida em que prejudica o crescimento das árvores, pelo que é pouco utilizada pelo sector privado (excluindo as celuloses), embora em contrapartida diminua os riscos de incêndio.

Receitas:

Ao fim de 12 anos (1º Corte) temos: $17.5 \text{ m}^3 \times 12 = 210 \text{ m}^3$ $210 \text{ m}^3 \times 3.000\$00 = 630.000\$00$

No 2º Corte (24 anos)

 No 3º Corte e último (36 anos) 	630.000\$00
Total Receitas	1.890.000\$00
Custos:	
– Instalação	160.000\$00
 Selecção de rebentos na toussa, necessária após a realização dos dois primeiros cortes 15 jornas a 2.000\$00 	30.000\$00
– Remoção das toussas	100.000\$00
Total Custos	290.000\$00
Receitas - Custos = 1.890.000\$00 - 290.000\$00 = 1.600.000\$00 / hectare	

630.000\$00

B. CHOUPO HIBRIDO (I-488)

Esta espécie, de um modo geral, não entra em concorrência de utilização de solos com as outras duas espécies, devido ao facto de exigir solos ricos em termos hídricos (normalmente de utilização agrícola). O nosso país é, aliás, deficitário neste tipo de madeira, utilizada essencialmente para o fabrico de fósforos e palitos, devido ao facto da sua localização ser condicionada pelo decreto-lei nº 186/89, respeitante a solos da categoria A e B, que define a Reserva Agrícola Nacional. Podemos citar o caso da zona do Baixo Mondego, para a qual diversos estudos efectuados mostraram que a cultura do choupo é mais rentável do que a orizicultura.

A média de crescimento desta árvore ronda os 20 metros cúbicos por hectare/ano, e o seu preço em pé é de 6.000\$00 a 8.000\$00 dependendo da sua qualidade. O compasso normalmente utilizado é de 4 x 2,5, ou superior, o que permite a cultura simultânea de forragens ou pastagens nos primeiros anos de exploração, gerando receitas extras, mas podendo também a pastagem dos animais prejudicar o crescimento das árvores.

A nível de custos de instalação, o seu montante é idêntico ao do eucalipto, já que exigindo um menor esforço de preparação do terreno, as plantas têm um custo mais elevado (a planta do eucalipto custa cerca de 15\$00, enquanto a do choupo ronda os 300\$00).

Sabe-se ainda que os períodos de crescimento são idênticos aos do eucalipto, pelo que a principal diferença reside nos custos pós-corte, já que após cada corte é necessária nova plantação.

Receitas:

Em cada corte $20 \text{ m}^3 \times 12 = 240 \text{ m}^3$ $240 \text{ m}^3 \times 7.000\$00 = 1.680.000\$00$

Como se efectuam durante os 36 anos, três cortes: Receita Total = 5.040.000\$00

Custos:

i L	Custos de instalação	160.000\$00
i i	Custos pós-corte (= a 2 vezes o custo de inst.)	320.000\$00
	Custos Totais	480.000\$00

Receitas - Custos = 4.560.000\$00 / hectare

C. PINHEIRO

É a espécie que predomina na Região Centro, embora nos últimos anos tenha vindo a ser progressivamente substituída, principalmente nas áreas queimadas, pelo eucalipto.

O crescimento desta espécie é bastante mais lento do que o das anteriores, na medida em que os valores se situam apenas ao nível de 4 a 6 metros cúbicos por hectare/ano, sendo o preço da árvore em pé de 4.000\$00 a 5.000\$00 por metro cúbico, quando a árvore detém um diâmetro à altura de peito (DAP) superior a 25 cm, o que acontece geralmente a partir dos 30 anos. No entanto, caso se pretenda produzir madeira de qualidade, a floresta deverá atingir os 70 a 80 anos de existência.

No que se refere ainda às receitas, e apesar de ter um peso pouco significativo no seu total, podemos referir a venda de resina, sendo feita a 60\$00 por kg de gema. Cada árvore leva normalmente duas feridas, cada uma contribuindo com dois quilos, utilizando o método de resinagem à vida (mais utilizado do que o método de resinagem à morte).

Quanto aos custos de instalação, estes assumem o valor de 180.000\$00 a 190.000\$00, estando portanto em média cerca de 20 a 30.000\$00 acima dos mesmos custos relativamente às outras duas espécies. Isso explica-se pelo compasso utilizado ser inferior (2 x 2), o que implica uma maior aplicação de plantas por hectare (no eucalipto cerca de 1000 plantas e no pinheiro cerca de 2500).

No desbaste dos pinheiros, tal como na limpeza dos eucaliptos, o material lenhoso obtido permite cobrir os custos da operação, não assumindo portanto qualquer peso financeiro.

Receitas:

Único Corte:

 $5 \text{ m}^3 \times 36 \text{ anos} = 180 \text{ m}^3$ $180 \text{ m}^3 \times 4.500\$00 = 810.000\$00$

Resinagem:

2 feridas por árvore x 2 kg de gema = 4 kg gema por árvore

4 kg gema por árvore x 2.500 árvores por ha = 10.000 kg 10.000 kg x 60\$00 = 60.000\$00

Total Receitas

870.000\$00

Custos:

Custos de Instalação

185.000\$00

Receitas - Custos = 685.000\$00/hectare

Como podemos vérificar, de acordo apenas com estes valores, existe uma grande discrepância na rendibilidade obtida pelas diferentes espécies.

Desde logo, o choupo aparece como a espécie que de longe apresenta os melhores resultados. Tem que se ter em conta, no entanto, que esta espécie faz uso de solos de boa qualidade, e se esses solos fossem utilizados, por exemplo, na produção de eucalipto, a rapidez de crescimento quase quadruplicava. Devido a esta atenuante, constata-se que a disparidade verificada é maior, na realidade, entre as espécies de crescimento rápido (mais concretamente o eucalipto) e o pinheiro bravo.

Este é o principal motivo da substituição do pinheiro pelo eucalipto a que se tem vindo a assistir. Este movimento apenas poderá ser invertido através de uma adequada política de subsídios que compense os proprietários desta discrepância.

Pretendemos seguidamente verificar se o P.A.F. poderá ser o instrumento para colmatar essa deficiência.

5.2. COMPARAÇÃO COM OS INCENTIVOS DADOS A CADA ESPÉCIE

Os subsídios neste momento em vigor no quadro do P.A.F. para as espécies consideradas já foram referidos no Quadro II. Vamos analisá-los detidamente.

Assim, para o Eucalipto:

- Um proprietário individual com uma área entre 5 e 10 ha, inclusive, pode beneficiar de um subsídio de 30%. Considerando custos de instalação de 160.000\$00/ha temos um subsídio de 48.000\$00.
- No caso de um agrupamento de produtores florestais com área entre 5 e 10 ha, beneficiam de um subsídio de

50%, considerando o mesmo custo de instalação, recebem um subsídio de 80.000\$00.

Para áreas superiores a 10 ha, só são candidatos ao subsídio os projectos de arborização e rearborização que contemplem áreas afectadas à plantação de eucalipto inferiores a 25% da área total. Neste caso, o subsídio não poderá exceder 20% do investimento total, ou seja, 32.000\$00/ha.

Em relação ao <u>Pinheiro Bravo</u>, nota-se uma preocupação no incentivo da sua plantação, relativamente à espécie anterior, o que transparece na percentagem de subsídio atribuída. Assim:

- No caso de um proprietário individual com uma área superior a 5 ha, é candidato a um subsídio de 60%.
 Considerando custos de instalação no montante de 185.000\$00, o subsídio é de 111.000\$00/ha.
- No respeitante a agrupamentos de produtores florestais a percentagem de ajuda concedida depende da área considerada:
 - Para áreas entre 5 e 50 ha, o subsídio é de 80%, o que equivale no nosso caso a uma ajuda no montante de 148.000\$00/ha.
 - Para áreas superiores a 50 ha (e inferiores a 250 ha por beneficiário limite institucional) o subsídio é de 90%, ao qual corresponde o valor de 166.500\$00/ha.

Desta análise conclui-se, desde logo, que os subsídios concedidos não compensam minimamente as diferenças de receitas existentes entre estas duas espécies, justificando a tendência que ultimamente se vem verificando de substituição de pinheiro bravo pelo eucalipto. Isto mesmo pode ser observado e constatado no seguinte quadro-resumo:

Unidade 0005/ha ESPÉ-RUBRICAS Receitas Custos ou Receitas Subsídio Receitas menos CIE ÁREAS Despesas menos Custos custos e c/ subsídio Beneficiário, indivi-E U dual com área entre 1890 290 1600 48 1648 C 5 e 10 ha Agrupamento de produ-A L tores florestais com 1890 290 1600 80 1680 área entre 5 e 10 ha P Agrupamento de produ-Т tores florestais com 1890 290 1600 32 1632 0 área superior a 10 ha(*) Beneficiário indivi-185 685 111 796 dual com área superior870 H R Agrupamento de produ-870 833 E A tores florestais com 185 685 148 I V área entre 5 e 10 ha Agrupamento de produ-R O 870 185 685 166,5 851,5 tores florestais com área superior a 50 ha(*)

NOTAS:

- (1) Não se fez a análise para o choupo em termos de subsídio, porque é uma espécie sujeita a diversos condicionantes já apontados anteriormente, pelo que a análise não teria grande significado.
- (2) Neste processo recorremos a uma análise a preços constantes, pelo facto de o objectivo que pretendíamos com o referido estudo ser simplesmente a comparação entre a rendibilidade das diversas espécies.

Como se registam apenas significativas diferenças temporais no que concerne às receitas, favoráveis em termos económicos às espécies mais rentáveis, pensamos ser desnecessário proceder à actualização dos valores, efectuando uma análise a preços correntes, dado que isso iria apenas aumentar a discrepância já existente.

^(*) Com as ressalvas feitas anteriormente.

6. INSERÇÃO DO SECTOR FLORESTAL A NÍVEL SOCIAL

A Actividade Florestal não se integra na sociedade portuguesa apenas por intermédio da produção de matérias-primas que fornece aos diversos sectores produtivos.

Ela presta também serviços que beneficiam outros destinatários, interessando mesmo alguns deles a população em geral.

A acção da floresta na protecção do ambiente e na conservação e recuperação dos recursos naturais, é conhecida, e beneficia em primeiro lugar a própria agricultura e depois o todo nacional.

Mesmo do ponto de vista produtivo, são conhecidas as características das árvores florestais como refúgio para a caça (e até como local de caça(*)) e como meio próprio a outras formas de vida silvestre úteis ao homem: fauna piscícola, abelhas, etc... E não são estas as únicas fontes alimentares que ela pode fornecer; uma das mais importantes consiste na criação de gado em regime silvopastoril, mas certos frutos, os cogumelos comestíveis e outros fungos, podem ser cultivados no meio florestal e até proporcionar bons rendimentos monetários, para além dos originados pela venda de madeira ou de cortiça.

A produção florestal e as indústrias a ela ligadas, se forem bem organizadas, consomem pouco trabalho por unidade de produto. Deste modo, permitem pagar bem a quem nelas trabalha e portanto proporcionam emprego estável, com possibilidades de se localizar nas regiões mais atrasadas e onde a população mais escasseia.

^(*) Sendo a caça, através do Turismo cinegético, um dos recursos de maiores potencialidades nas áreas florestadas, como é sabido.

A grande maioria dos produtores florestais é detentora de pequenos prédios, além do mais frequentemente dispersos em parcelas de ainda menor dimensão. Por isso, se encontra muitas vezes afastadas das áreas florestais que lhe pertencem, ou porque reside mais próximo das explorações agrícolas ou porque tem de recorrer a um emprego na cidade para sobreviver dum modo minimamente aceitável, ou até porque emigrou. Além disso, a sua formação no domínio florestal é fraca ou mesmo inexistente, sem falar na circunstância de uma grande fracção dos mesmos produtores possuir já uma idade relativamente avançada.

Estes são os produtores de espírito conservador em que a floresta (essencialmente o pinheiro) é um fundo de satisfação das suas necessidades de meios financeiros. Assim, os cortes não são ditados por questões técnicas (altura correcta do corte), mas por factores económicos (um dos casos típicos é o corte de pinhal para suportar as despesas de casamento de familiares). Nestes casos, tanto a lenha como a resina são produções em regime de economia de subsistência.

A crescente utilização das espécies de crescimento rápido suscitou o aparecimento do empresário florestal (embora exercendo outras actividades), que pretende satisfazer uma procura forte, cuja actividade exige poucos investimentos e subentende fracos riscos (que se resume praticamente aos incêndios) e que lhe assegura uma rápida reprodução do seu capital.

Relativamente ao emprego criado directamente pela silvicultura (não entrando em linha de conta com os efeitos directos e indirectos da silvicultura noutros sectores de actividade, a montante e a jusante) e a nível da Região Centro, verifica-se que este sector de actividade cria mais de 4000 postos

de trabalho – o que não é um peso fundamental no emprego regional (apenas 0,6%).

No entanto, já atinge 2% da população activa regional empregue pelo sector primário (excluindo as indústrias extractivas), mas com uma importância sub-regional profundamente diferenciada – tal como se pode observar no quadro seguinte:

Quadro III
PESO DA MÃO-DE-OBRA FLORESTAL NA POPULAÇÃO ACTIVA
DO SECTOR PRIMÁRIO

SUB-REG.	BV	ВМ	ΡI	DL	PL	RA	СВ	SE
%	8,5	6,4	25,8	21,3	20	6,1	1,8	10,5

Fonte: CCRC

Nota: As sub-regiões são as seguintes:

BV – Baixo Vouga

PL - Pinhal Litoral

MB – Baixo Mondego

RA - Raia

PI – Pinhal Interior

CB – Cova da beira

DL - Dão-Lafões

6100

SE – Serra da Estrela

Outros factores a considerar, são os que respeitam à idade e ao nível cultural dos candidatos aos apoios do P.A.F.. De facto, verifica-se que a maioria destes possui um nível de instrução elevado e que a média de idades é relativamente baixa (30 anos).

The split influence of the second of the sec

Claration of the control of district and the second second

7. INSERÇÃO DO SECTOR FLORESTAL A NÍVEL AMBIENTAL

No que diz respeito ao Ambiente, há três pontos que gostaríamos de focar:

- Eucalipto
 - Fogos Florestais
 - Ordenamento do Território

A problemática do Eucalipto tem vindo ultimamente a suscitar grandes polémicas, existindo opiniões divergentes conforme os interesses em causa, não se devendo "... perpetuar uma discussão que com o tempo assume as características dos duelos medievais onde a defesa de posições de honra se sobreponha à racionalidade." (Carvalho, Armando). Deixemos pois falar os especialistas:

"A inexistência de uma política florestal (entendida como um conjunto de orientações para a ocupação e ordenamento dos espaços florestais, bem como um planeamento temporal que articule as vocações e potencialidades desses espaços com as necessidades dos mercados nacional e internacional de produtos florestais) não pode continuar a pôr em causa os nossos recursos naturais. Fauna, flora, paisagem, solo, água, etc., não podem ver a sua preservação negligenciada através duma visão economicista que coloca o Eucalipto como a única panaceia para a correcção dos desequilíbrios da nossa balança de transacções correntes." (Carvalho, Armando).

"Uma silvicultura adequada deverá ter em conta as necessidades da produção lenhosa – para a celulose mas também para a serração, marcenaria, etc. – integrada na doutrina do uso múltiplo das florestas, entendida como produção de material lenhoso, produção de água, pastagens,

recreio e vida silvestre, com o objectivo de beneficiar no presente e no futuro o maior número de pessoas." (Pereira, 1981).

"... Valerá ainda a pena lembrar que parte das críticas feitas aos eucaliptos parte de observações ou informações ligadas a áreas onde eles não deveriam existir, por falta de delimitação das zonas mais apropriadas." (...).

"Afirma-se, e com algum fundamento, que o eucalipto rouba a água ao solo secando nascentes, fontes e ribeiros nas áreas onde domina. Não se pode negar a evidência dos factos, mas também não se pode generalizar a toda a área onde é feita a sua cultura o que é observado em alguns locais." (Neves, 1982).

"Práticas florestais incorrectas, visando mais os rendimentos imediatos e os interesses das companhias de celulose que o correcto uso do solo e a conservação da água, têm levado, também, à degradação de outras áreas. De facto, as espécies correntemente usadas na reflorestação – Eucaliptos e Pinheiros – não são as melhores para a reconstrução do ambiente, em especial no que respeita à conservação da água e ao momento da fertilidade do solo" (...).

"Tais afirmações não implicam a condenação absoluta das duas espécies visadas, mas tão só a afirmação de que se torna urgente uma política de ordenamento florestal que, em perfeito equilíbrio, tenha em conta as necessidades de obter rendimento económico e a imprescindibilidade da conservação dos recursos, isto é, da luta contra a desertificação. O que se pretende é que só se utilize o eucalipto e o pinheiro onde podem e devem ser utilizados, e que se use onde for necessário espécies tão próximas quanto possível das da vegetação climácia." (Sequeira, 1988).

"Existem áreas no nosso país onde a implantação do eucalipto não se deveria verificar, pelo simples facto de os condicionalismos edafo-climáticos vigentes não possibilitarem uma conciliação entre a preservação dos recursos naturais locais e as características dos povoamentos mono-específicos de eucalipto de corte marcadamente comercial.

Estima-se, igualmente, que existirão outras áreas florestais (de extensão muitíssimo inferior) que eventualmente permitiriam a implantação desses povoamentos industrais de eucaliptos sem criar gravosas consequências à preservação dos nossos recursos naturais.

Estas últimas áreas coincidem, porém, com aquelas que apresentam condições óptimas para a instalação e exploração das nossas mais nobres espécies folhosas.

Resta-nos então deixar uma pergunta:

Como impediremos que dentro em breve esses espaços não estejam integralmente utilizados pelas plantações de eucalipto, ...?" (Carvalho, 1990).

De uma maneira assustadora, as matas e as florestas portuguesas encontram-se em estado de grande degradação sem limpeza adequada e sem medidas de prevenção contra incêndios que se mostrem eficazes.

Neste último aspecto, Portugal e a Espanha, ao entrarem para a Comunidade Europeia, transportaram em simultâneo novos motivos de preocupação para os doze. No que diz respeito, no período entre 1974 e 1985, foram destruídos pelo fogo, em Portugal, cerca de 500 milhares de hectares de matas privadas e do Estado, a que correspondem cerca de 17% da área florestal total do país.

É fácil chegar à seguinte conclusão: só em Portugal arderam em média, por ano, mais de 40% do conjunto das

614

matas dos dez países que então constituíam o Mercado Comum. É caso, portanto, para a Comunidade se preocupar com o assunto, sabendo-se que uma protecção eficaz torna a floresta mais rentável e ordenada.

Portugal vive hoje um momento de intenso desenvolvimento florestal, nomeadamente no domínio da arborização. À Integração Europeia veio acelerar o abandono de actividades agrícolas marginais, com a reconversão gradual em floresta, num quadro de valorização crescente de produtos florestais, de condições financeiras ímpares proporcionadas pelo P.A.F. e dispondo Portugal de vantagens comparativas para a cultura florestal numa Comunidade fortemente deficitária nestes produtos.

Uma incorrecta ocupação do solo (solos com aptidão florestal a serem ocupados com actividades agrícolas, e inversamente), leva a que uma potencialidade natural do país (existência de solo com aptidão florestal) seja subaproveitada, numa época em que a Integração Comunitária exige o seu pleno aproveitamento.

O quadro seguinte pretende evidenciar a diferença existente entre a utilização actual do solo e a sua aptidão natural no conjunto da Região Centro.

Quadro IV

(%)

	CAPACIDADE				UTILIZAÇÃO			
	Agric.	Flor.		Cond. Declive		Agric.	Flor.	Incult. e outros
R.C.	22,2	67,9	4,7	5,2	100	45	35,8	19,2

Fonte: CCRC

Verifica-se, assim, a enorme potencialidade – inaproveitada – em termos da capacidade natural do solo. Na verdade, nesta região, 45% da superfície tem uma utilização agrícola e apenas 35,8% tem uma utilização florestal. No entanto, em termos de aptidão, 22,2% tem capacidade agrícola (uma diminuição de 22,8% face à utilização actual) e 67,9% têm aptidão florestal (um acréscimo de 32,1 pontos percentuais em relação à utilização actual). A este nível, parece poder-se concluir pela existência de boas condições de desenvolvimento do sector silvícola.

Tal situação determinou a publicação de significativa legislação fazendo doutrina sobre condicionalismos técnicos e financeiros exigíveis em acções de arborização, tendo sido definidas as responsabilidades das entidades a quem cumpre o seu licenciamento ou aprovação, caso das Câmaras Municipais e da Direcção-Geral das Florestas.

O Decreto-lei nº 139/89 de 28 de Abril veio, clarificando legislação anterior, atribuir às Câmaras Municipais responsabilidades no licenciamento das acções de arborização que não estão sujeitas a regime legal específico qualquer que seja a sua dimensão, po exemplo: (caso do P.A.F., Reg.(CEE) nº 797/85, Decreto-Lei nº 175/88, etc.). Igualmente se consagrou o princípio de obrigatoriedade de audição das Câmaras Municipais relativamente às situações em que a aprovação de projectos de arborização compete por lei à Direcção-Geral de Florestas.

Dos pareceres emitidos pelas Câmaras Municipais, já que são estruturas representativas do poder local, espera-se que reflictam uma posição política obviamente legítima e abordem fundamentalmente os aspectos relacionados com os diversos instrumentos de planeamento regional e ordenamento do

81 11

território (PROT, PDM, PDAR) para além dos impactos económicos e sociais do empreendimento; e outros, tais como a Portaria nº 528/89 de 11 de Julho, que "... estabelece e divulga amplamente um conjunto consistente de normas e restrições que seja capaz de constituir um verdadeiro quadro de referência (as chamadas "regras do jogo") para a Administração Pública, para as Autarquias, para os Agentes Económicos e para os Técnicos e Público em geral, de forma a garantir que o conhecimento técnico e científico disponível seja (...) sistematicamente considerado e ponderado por quem projecta, por quem aprova e por quem executa florestações e reflorestações com espécies de crescimento rápido."

Como se vê, existe vasta e dispersa legislação sobre ocupação do solo e ordenamento do território, que em muitos aspectos só assume carácter normativo, verificando-se na maior parte dos casos atropelos a essas mesmas leis [chegando-se ao ponto de as próprias Câmaras Municipais aprovarem projectos de arborização com espécies de crescimento rápido para regiões de elevada probabilidade de inadaptação da espécie à Estação (Letra D) definida na Portaria nº 528/89].

8. ANÁLISE DOS RESULTADOS ATINGIDOS COM O P.A.F.

Foi pouco significativa a execução do P.A.F. durante 1986^(*). É a partir de 1987 que efectivamente se iniciam as acções programadas com recurso, em grande medida, a projectos na área pública. Neste ano são aprovados 176 projectos do sector público contra apenas 38 privados.

Em termos financeiros, o total do subsídio concedido em 1987 foi de 4,5 milhões de contos e as despesas efectuadas alcançaram 1,3 milhões de contos, mais de 95% das quais referentes ao investimento público.

O ano de 1988 significou em termos de implementação do Programa de Acção Florestal (P.A.F.) um importante passo para a consolidação duma carteira de projectos quantitativa e qualitativamente relevante no quadro do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP).

Em 1988, registou-se uma alteração muito substancial na proporção de projectos públicos/privados: o número de projectos particulares ascendeu a 585 contra 30 do sector público, representando globalmente um volume de investimento da ordem dos 6,4 milhões de contos, 5,7 milhões de contos de subsídio e pagamentos efectuados de 2,4 milhões de contos.

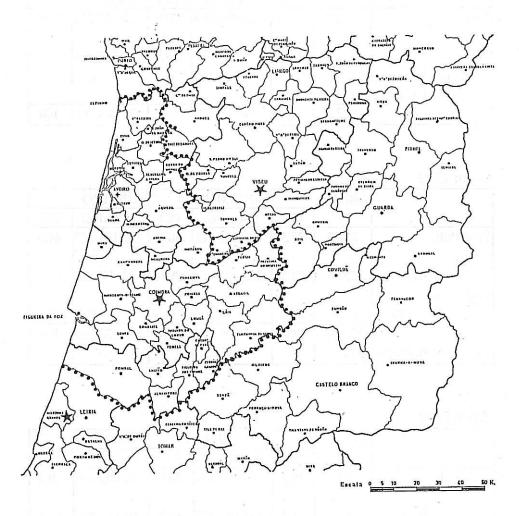
No ano de 1989, deram entrada 361 projectos correspondente a 5,05 milhões de contos e subsídios no montante de 4,8 milhões de contos.

^(*) Deram entrada no IFADAP 36 projectos, todos referentes à Região Norte, correspondendo a um investimento de 356 mil contos, sendo subsidiado no total em 339,1 mil contos (95,3%).

A execução financeira do P.A.F. até ao ano de 1989 coloca este programa em lugar de destaque face aos restantes programas do PEDAP.

Efectivamente num conjunto de subsídios totais, acumulados até 31 de Maio de 1989 de 43,8 milhões de contos, cabe ao P.A.F. uma parcela de 14,965 milhões de contos (34,2%), isto é, o maior volume de fundos subsidiados; atingindo o terceiro lugar no número de projectos aprovados (1226) num total de 10.619, só superado por projectos de Electrificação (2573) e Olivicultura (3462).

Vamos agora fazer o tratamento de dados relativos à execução do P.A.F. numa região específica, correspondente à Circunscrição Florestal de Coimbra, que é definida no mapa seguinte:



DELIMITAÇÃO DA ÁREA ANALISADA — CIRCUNSCRIÇÃO FLORESTAL DE COIMBRA ••••
SEDE DAS CIRCUNSCRIÇÕES FLORESTAIS *

51

EVOLUÇÃO DO PAF NA REGIÃO EM ANÁLISE

Ano: 1987

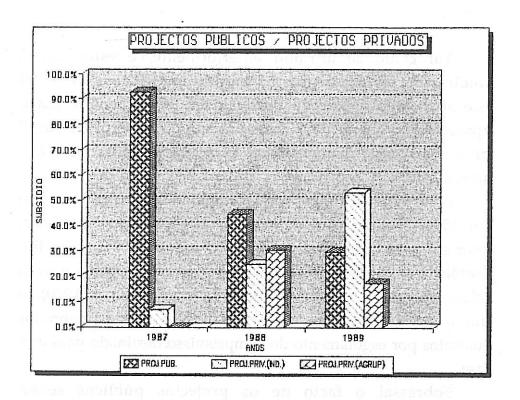
		ÁREA		ORÇAMENT	O	SUBSÍDIO	
			(%)	(escudos)	(%)	(escudos)	(%)
Proj. Púb.	Ç	192,3	86,5	28 450 183	92,05	20 242 271	93,02
Proj. Priv.	Indiv. Agrup.	30	13,5	2 459 790	7,95	1 520 490	6,98
	8F	222,3	100	30 909 973	100	21 762 761	100

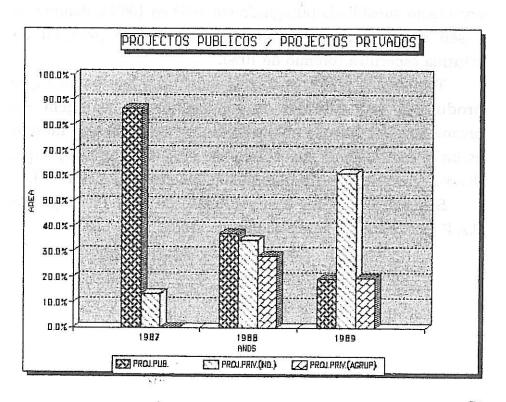
Ano: 1988

		ÁREA		ORÇAMENTO		SUBSÍDIO	
			(%)	(escudos)	(%)	(escudos)	(%)
Proj. Púb.		857,5	37,3	144 550 812	40,7	132 156 365	44,8
Proj. Priv.	Indiv.	791,1	34,5	105 437 911	29,6	73 070 350	24,8
•	Agrup.	648,6	28,2	105 748 204	29,7	89 625 584	30,4
		22297,2	100	355 736 927	100	294 852 300	100
Tx. Crescir	n. 87/88	9,33		10,5		12,5	

Ano: 1989

70000		ÁREA		ORÇAMENTO		SUBSÍDIO	
		1.4.	(%)	(escudos)	(%)	(escudos)	(%)
Proj. Púb.	100	301	19,4	54 893 490	26,6	54 893 490	29,5
Proj. Priv.	Indiv.	947	61,1	111 093 457	53,7	98 860 304	53,1
110j. 111v.	Agrup.	303	19,5	40 766 490	19,7	32 360 476	17,4
,		1551	100	206 753 437	100	186 114 270	100
Tx. Crescir	n. 87/89	6		5 <i>,</i> 7		7,6	
Tx. Crescir	n. 88/89	-0,325		-0,419		-0,369	





Tal como se afirmou anteriormente, e estes dados confirmam, verifica-se que no ano de implementação (1986) não se regista a entrada de qualquer projecto nesta zona, aparecendo o ano de 1987 como um ano pouco fértil (apenas 5 projectos), tendo maior peso os projectos públicos (93% dos subsídios).

Nos dois últimos anos, regista-se um incremento considerável dos projectos privados, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, assumido o ano de 1988 a maior importância em termos globais. Verifica-se em 1989 uma quebra relativamente ao ano anterior (taxa de crescimento = -0,369), já que a partir de meados de 1989 deixaram de ser celebrados contratos por esgotamento do compromisso destinado para esta fase.

Sobressai o facto de os projectos públicos serem constantemente os que detêm maior percentagem do orçamento subsidiada (atingindo em 1989 os 100%), denotando o seu maior interesse público e beneficiando para tal da cláusula específica (prémio de 10%).

Também os projectos correspondentes a agrupamento de produtores são subsidiados com maior percentagem do orçamento, em relação aos individuais, continuando mesmo assim estes a assumir maior peso nos projectos entrados, o que denota um certo espírito individualista do produtor florestal.

Seguem-se quadros com a situação de implementação do P.A.F. por concelho, para a região analisada.

ÁGUEDA	ÁREA	ORÇAMENTO	SUBSÍDIO
		(esc.)	(esc.)
Ano 1987			
Projectos Públicos		Fer and that	
Projectos Privados	-	- 75	-, 3-, 73 - 1
Ano 1988	1		- 10 12
Projectos Públicos	(<u>-</u>)		150-
Projectos Privados	89,5	19 686 640	15 229 440
Ano 1989	 		7807
Projectos Públicos	7 - 7-	i səsiları i	P-ojecto
Projectos Privados	19,5	4 257 000	1 894 310
Total (87+88+89)	109	23 943 640	17 123 750
% do Total em análise	2,68	4,03	3,4

ALBERGARIA-A-VELHA	ÁREA	ORÇAMENTO (esc.)	SUBSIDIO (esc.)
100 mm 15 mm		(esc.)	(esc.)
Ano 1987			2565 044
Projectos Públicos	-	e enHu∃r)	el_ ii, =1
Projectos Privados		#-5#7#7	Priecto
Ano 1988	1		Ster -
Projectos Públicos	-	e. (3)11	n politell
Projectos Privados	95,6	16 316 950	5 012 680
Ano 1989	· ·		F FF max
Projectos Públicos	-	9-4-61	- 5 July 9
Projectos Privados	-	ede fi	mag e fi
Total (87+88+89)	95,6	16 316 950	5 012 680
% do Total em análise	2,3	2,75	en kilo T imbo (

ALVAIÁZERE	AREA	ORÇAMENTO	SUBSÍDIO
trial a can		(esc.)	(esc.)
Ano 1987	T		
Projectos Públicos	_	1:	
Projectos Privados	-		uto Silen
Ano 1988			Sollar
Projectos Públicos	170	37 117 761	0 336 044
Projectos Privados	6	891 645	583 126
	176	38 009 406	34 187 434
Ano 1989			1990.0
Projectos Públicos		i s omina	Judga - 1
Projectos Privados	18	2 526 954	884 735
Total (87+88+89)	194	40 536 360	35 072 169
% do Total em análise	4,8	6,8	6,98

ANSIÃO	AREA	ORÇAMENTO	SUBSIDIO
		(esc.)	(esc.)
Ano 1987			T0-11-11-1
Projectos Públicos		i entra i	atteber
Projectos Privados	-	Pilvel s s"	grada j ti
Ano 1988	-	1	Land Common
Projectos Públicos	-	n words to	D/50 -1
Projectos Privados	8	1 138 000	699 110
Ano 1989		1	To decid
Projectos Públicos	1 -	esyllad)	- 1
Projectos Privados		n=buoid	offor = 1
Total (87+88+89)	8	1 138 000	699 110
% do Total em análise	0,2	0,2	0,14

ARGANIL	ÁREA	ORÇAMENTO	SUBSÍDIO
Lorent Carlot		(esc.)	(esc.)
Ano 1987			- 1 × 1 × 1
Projectos Públicos	1 17 <u>-</u> -		21 522 P=D
Projectos Privados	-	e r to distri	.,
Ano 1988			
Projectos Públicos	-	-	1
Projectos Privados	155	25 572 836	24 214 829
Ano 1989			A. Tana
Projectos Públicos	26	5 186 250	5 186 250
Projectos Privados	467	78 515 367	77 308 413
	493	83 701 617	82 494 663
Total (87+88+89)	648	109 274 435	106 709 492
% do Total em análise	15,9	18,4	21,2

CANTANHEDE	ÁREA	ORÇAMENTO	SUBSIDIO
	F	(esc.)	(esc.)
Ano 1987			
Projectos Públicos	-	-2777	61-1
Projectos Privados	7	752 820	235 080
Ano 1988			andr ",
Projectos Públicos	-	- 4.77	
Projectos Privados	7	739 770	221 930
Ano 1989			0301
Projectos Públicos		. .	- 1 - 1 - 1
Projectos Privados	-	, eur l	
Total (87+88+89)	14	1 592 590	457 010
% do Total em análise	0,34	0,27	0,91

COIMBRA	ÁREA	ORÇAMENTO (esc.)	SUBSÍDIO (esc.)
Ano 1987			259 many
Projectos Públicos	32,3	4 472 923	2 860 781
Projectos Privados	-	1-14-40	Left
Ano 1988			300000
Projectos Públicos	-		Lagra-T
Projectos Privados	45	4 655 490	3 957 110
Ano 1989			Test 1 1 1 1
Projectos Públicos	-	1 12 14 7.	- Palice 1
Projectos Privados	4_ = 1_		ors, 4
Total (87+88+89)	77,3	9 128 413	6 817 891
% do Total em análise	1,9	1,54	1,3

FIGUEIRÓ DOS VINHOS	AREA	ORÇAMENTO	SUBSIDIO
		(esc.)	(esc.)
Ano 1987			1141 564
Projectos Públicos	-	T + 120%	= == V = ""
Projectos Privados	-		1.50(12)6
Ano 1988			THE OTE
Projectos Públicos	-	T = 1.07	-
Projectos Privados	7,5	745 090	535 638
Ano 1989	1 ,		4 (f) (-).
Projectos Públicos	-	a midire.	(ursj) -
Projectos Privados	58	5 208 765	3 730 234
Total (87+88+89)	65,5	5 953 855	4 265 872
% do Total em análise	1,6	1 2	0,85

GÓIS	ÁREA	ORÇAMENTO	SUBSÍDIO
		(esc.)	(esc.)
Ano 1987	100000000000000000000000000000000000000		
Projectos Públicos	-	mett Jedia	La Unit
Projectos Privados	-	-	, · · -
Ano 1988			
Projectos Públicos	77	m 4 . (7, 113 g)	(-
Projectos Privados	113	16 550 724	12 321 610
Ano 1989	THE PARTY NA		A Long
Projectos Públicos	_	ac-olida La	= Tool#
Projectos Privados	513	35 949 300	29 333 800
Total (87+88+89)	626	52 500 024	41 655 410
% do Total em análise	15,4	8,85	8,29

LOUSÃ	ÁREA	ORÇAMENTO	SUBSÍDIO
		(esc.)	(esc.)
Ano 1987	177	"	And Day
Projectos Públicos	-	er t siliürt e	ing project - I
Projectos Privados	-	Powerson of the	and F
Ano 1988		0	3591
Projectos Públicos	95	9 328 000	8 863 000
Projectos Privados	40	3 931 <i>7</i> 75	3 191 272
	135	13 259 775	11 874 272
Ano 1989			Victoria
Projectos Públicos	-	r s e flati.	-7 -0 - 7
Projectos Privados	60	9 487 744	6 032 261
Total (87+88+89)	195	22 747 519	17 906 533
% do Total em análise	4,8	3,8	3,56

MEALHADA	ÁREA	ORÇAMENTO	SUBSÍDIO
was I lare		(esc.)	(esc.)
Ano 1987			PSC AL STATE
Projectos Públicos	-		FF1-112
Projectos Privados	-	1 - 3 m s	1.4012
Ano 1988			y 1
Projectos Públicos	-	12 h july 2	2001 (2
Projectos Privados	_	n - Mass	Period 1
Ano 1989			
Projectos Públicos	-	-749	- 1002
Projectos Privados	7	905 054	612 235
Total (87+88+89)	7	905 054	612 235
% do Total em análise	0,17	0,15	0,12

MIRA	AREA	ORÇAMENTO	SUBSIDIO
		(esc.)	(esc.)
Ano 1987			- 4394 0712
Projectos Públicos	n-		r - r.3
Projectos Privados	n-	16- <u>1</u> -7-16-16-16-16-16-16-16-16-16-16-16-16-16-	
Ano 1988			5,27
Projectos Públicos	35	1 304 100	837 900
Projectos Privados			Jorgan II
Ano 1989			King Tak
Projectos Públicos	-	b <u>-</u> 1271	dan jegil
Projectos Privados		s in the s	green vii
Total (87+88+89)	35	1 304 100	837 900
% do Total em análise	0,86	0,22	0,17

MONTEMOR-O-VELHO	ÁREA	ORÇAMENTO	SUBSÍDIO
		(esc.)	(esc.)
Ano 1987			76.55
Projectos Públicos	-	n=1(4)11 n	report
Projectos Privados	-	Tangiri o	tomon a
Ano 1988			ECET And
Projectos Públicos	-	c-men	1216.4
Projectos Privados	27	4 229 900	2 988 600
Ano 1989			
Projectos Públicos	_	and the last	J. genā
Projectos Privados	(1 HP(=)	¥svin¶ a	Prrject
Total (87+88+89)	27	4 229 900	2 988 600
% do Total em análise	0,66	0,71	0,59

MORTÁGUA	AREA	ORÇAMENTO	SUBSIDIO
r'irs) i laei		(esc.)	(esc.)
Ano 1987			Allel olds
Projectos Públicos	-	un ildiri e	Project
Projectos Privados	=	unique de filo	tudjen#
Ano 1988			7.07
Projectos Públicos	-	<u> -</u> , =1, 1 f, 1	7; 007 ;
Projectos Privados	27	5 464 060	2 042 470
Ano 1989			(R., F., Te
Projectos Públicos	-	n=7th/1n	recent h
Projectos Privados	- z	((Austria) e	7 WE
Total (87+88+89)	27	5 464 060	2 042 470
% do Total em análise	0,66	0,92	0,41

OLIVEIRA DE AZEMÉIS	ÁREA	ORÇAMENTO (esc.)	SUBSÍDIO (esc.)
1.38,11		(esc.)	(650.)
Ano 1987			THE OF T
Projectos Públicos	-	-	1.44 (1 .
Projectos Privados	-	, - , , , 4 , .	N. 10 S.
Ano 1988			h
Projectos Públicos	-	i i	and the
Projectos Privados	95	5 817 720	3 814 960
Ano 1989			V-/(1) (1-1
Projectos Públicos	-	0=1,ds.1a	acido =
Projectos Privados	-	7 7 CON 12.	ut gojna s
Total (87+88+89)	95	5 817 720	3 814 960
% do Total em análise	2,3	0,982	0,76

OLIVEIRA DO HOSPITAL	ÁREA	ORÇAMENTO	SUBSÍDIO
V_2391		(esc.)	(esc.)
Ano 1987		1 9	Watter F
Projectos Públicos	-	s see at fell in C -	uti _e vee ≒ i
Projectos Privados	17	1 388 560	1 058 200
Ano 1988			Suppl to the
Projectos Públicos	7	1 232 504	765 710
Projectos Privados	19,7	2 378 500	2 048 790
	26,7	3 611 004	2 814 500
Ano 1989	- 14		+ 10° 49° (t)
Projectos Públicos	25	3 773 200	3 773 200
Projectos Privados	=1	200	diagle ===
Total (87+88+89)	68,7	8 772 764	7 645 900
% do Total em análise	1,7	1,48	1,5

OVAR	ÁREA	ORÇAMENTO	SUBSÍDIO
		(esc.)	(esc.)
Ano 1987			Agen, mare
Projectos Públicos	_	4_ 9669	10.27
Projectos Privados	<u>-</u>	y yaligamit a	
Ano 1988			20-11
Projectos Públicos	-	1 - 1-10-14	J () − j () <u>−</u> 0
Projectos Privados	22	3 046 340	2 215 520
Ano 1989	1	3	550 main
Projectos Públicos	-	ent-	100 mag
Projectos Privados	1 3-66	e-havel i	ologici - T
Total (87+88+89)	22	3 046 340	2 215 520
% do Total em análise	0,54	0,51	0,44

PAMP. DA SERRA	ÁREA	ORÇAMENTO	SUBSIDIO
Linear Services		(esc.)	(esc.)
Ano 1987]	CAPE Disk
Projectos Públicos	160	23 977 260	17 381 490
Projectos Privados	-	Pacel s s	adagja <u>u</u> t
Ano 1988	1		
Projectos Públicos) <u>-</u>	nazan z ñ
Projectos Privados	423,1	50 975 616	49 524 985
Ano 1989	1		
Projectos Públicos	1	6P[W]	moder <u>al</u> /
Projectos Privados	52	4 268 123	4 201 710
Total (87+88+89)	635,1	79 220 999	71 108 185
% do Total em análise	15,6	13,4	14,14

PEDRÓGÃO GRANDE	ÁREA	ORÇAMENTO	SUBSÍDIO
		(esc.)	(esc.)
Ano 1987			I Water and the second
Projectos Públicos	-	- Idir	hander-t
Projectos Privados	-	-tratic	dap 4
Ano 1988			
Projectos Públicos	=	18/05/1	erry i e
Projectos Privados		l se hili	Marajid a
Ano 1989			300, 307
Projectos Públicos	-	(- 10)	- 4
Projectos Privados	55,5	10 741 640	7 223 082
Total (87+88+89)	55,5	10 741 640	7 223 082
% do Total em análise	1,36	1,81	1,4

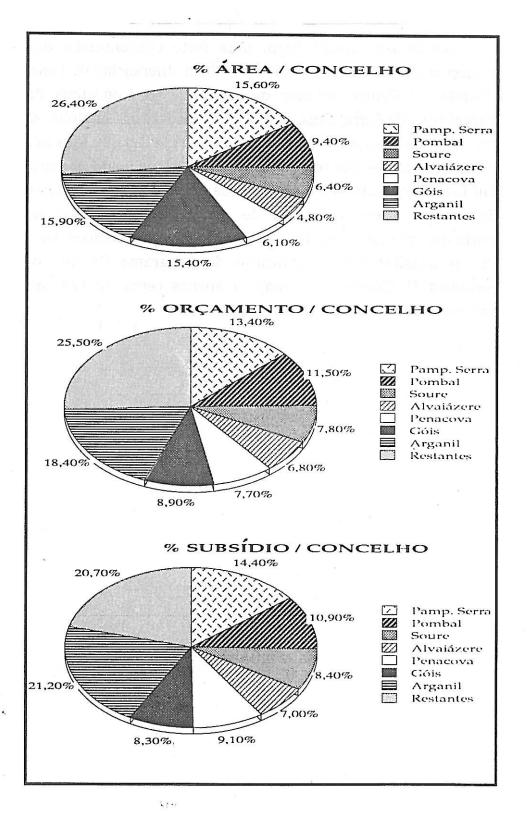
PENACOVA	AREA	ORÇAMENTO	SUBSÍDIO
		(esc.)	(esc.)
Ano 1987		1.0	TOTAL STATE
Projectos Públicos	- 1	Endom:	ayaste , fi
Projectos Privados	-	i-terrati	nlinger - g
Ano 1988			
Projectos Públicos	-	1 = - C0	
Projectos Privados	1 1=7.4	r	0239h - 0
Ano 1989			
Projectos Públicos	250	45 934 040	45 934 040
Projectos Privados	-	j	respond
Total (87+88+89)	250	45 934 040	45 934 040
% do Total em análise	6,14	7,74	9,14

PENELA	ÁREA	ORÇAMENTO	SUBSÍDIO
		(esc.)	(esc.)
Ano 1987			
Projectos Públicos	-	- 4.5	- 11 Ar
Projectos Privados	6	318 410	227 210
Ano 1988		1	1-8-1-1-1-2
Projectos Públicos	90	14 657 688	14 614 321
Projectos Privados	7	899 480	384 540
	97	15 557 168	14 998 861
Ano 1989			ESET on t
Projectos Públicos	-	1-	masja-ff
Projectos Privados	-	e s brogit	olooja y li
Total (87+88+89)	103	15 875 578	15 226 071
% do Total em análise	2,5	2,7	3,03

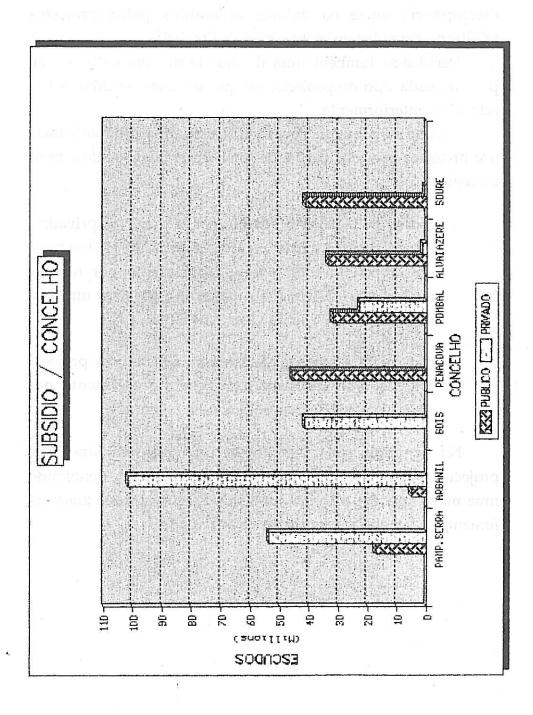
POMBAL	ÁREA	ORÇAMENTO (esc.)	SUBSIDIO (esc.)
Projectos Públicos		- Publice	alt (o - t)
Projectos Privados	-	20	-1
Ano 1988			
Projectos Públicos	210,5	35 3 <i>7</i> 5 783	32 156 399
Projectos Privados	171,3	33 123 336	22 758 091
	381,8	68 499 119	54 914 490
Ano 1989			438-11.61
Projectos Públicos	-	renth of	code+/
Projectos Privados	-	t sharen	an opered i
Total (87+88+89)	381,5	68 499 119	54 914 490
% do Total em análise	9,4	11,5	10,9

SOURE	ÁREA	ORÇAMENTO (esc.)	SUBSÍDIO (esc.)
Projectos Públicos	-	i gentjestin	ell, viji s <u>e</u> T
Projectos Privados	-	P-8891(1	- 17 T-1
Ano 1988			85/1 4/4/
Projectos Públicos	250	45 534 976	41 494 727
Projectos Privados	12	1 222 253	704 404
103 194 11 (114 197 11	262	46 757 229	42 199 131
Ano 1989			TELL on A
Projectos Públicos	(-	e s sinolofi e	
Projectos Privados	-		ingh =i
Total (87+88+89)	262	46 757 229	42 199 131
% do Total em análise	6,4	7,8	8,4

TÁBUA	AREA	ORÇAMENTO	SUBSIDIO (esc.)
		(esc.)	
Ano 1987			The Paris
Projectos Públicos		y value in the	ar e. h <u>e</u> f
Projectos Privados	-		2 - t - 2 1
Ano 1988			Bandone.
Projectos Públicos	-11	3 - 31577.	ospejos e 1
Projectos Privados	69	13 799 990	10 246 830
OBE MER PL - OF ENDER			
Ano 1989			2009 and A
Projectos Públicos	-	Page 6 13	ofr an=
Projectos Privados	-	6-in-77	otrole = 1
Total (87+88+89)	69	13 799 990	10 246 830
% do Total em análise	1,7	2,33	2,04



Constata-se, desde logo, uma forte concentração dos projectos aprovados em duas zonas bem diferenciadas. Uma, situada no Centro Interior que abrange os Concelhos da Pampilhosa da Serra, Góis, Arganil e Penacova, que engloba, só ela, 50% dos valores da região estudada (tendo cada um dos três primeiros valores que rondam os 15%). Outra, situada na parte Sul Litoral, que abrange os Concelhos de Pombal, Alvaiázere e Soure, que atinge um valor de cerca de 25%. Verifica-se, portanto, que na parte Norte desta região se verificou uma menor sensibilidade à aplicação do programa (já que os restantes 16 Concelhos abrangem apenas cerca de 1/4 dos valores totais).



Nos principais concelhos, verifica-se uma grande discrepância entre os valores assumidos pelos projectos públicos e privados (excepto o caso de Pombal).

Verifica-se também uma dualidade no que se refere ao peso de cada tipo de projecto, no que se refere às duas zonas referidas anteriormente.

Assim, na primeira zona, verifica-se uma predominância dos projectos privados (74,2% do total) observando-se dois casos extremos:

- o caso de Góis, que possui apenas projectos privados, essencialmente agrupamentos de produtores florestais, que apresenta um valor de orçamento por hectare muito fraco (83.866\$/ha), apesar de apresentar uma boa percentagem subsidiada (cerca de 80%);
- o caso de Penacova, possuindo apenas um projecto público, que apresenta um valor de orçamento por hectare de 183.736\$, subsidiado na totalidade.

Na segunda zona, verifica-se uma predominância de projectos públicos (81,14% do total dos subsídios), denotando uma maior preocupação das Juntas de Freguesia desta zona em fomentar e beneficiar este sector de actividade.

9. CONCLUSÃO

Quando em 1986 se iniciou a 1ª Fase do P.A.F. e se verificou uma fraca aderência dos produtores florestais a este programa (na Região Centro nem um só projecto deu entrada, essencialmente por falta de uma correcta informação dos potenciais candidatos), nada faria prever a sua evolução.

Em 1987, tendo em conta este facto, dá-se início a uma campanha de sensibilização que provoca no ano de 1988 uma ultrapassagem das expectativas, tanto em termos do número de projectos, como do valor do investimento. Tal processo culminará, em meados de 1989, com a suspensão não oficializada deste programa, dado que a partir desta altura, embora se continuasse a aceitar Cartas de Intenção e mesmo Projectos de Investimento, não se verificou a aprovação de qualquer outro projecto, por esgotamento das verbas consignadas à 1ª Fase, cuja conclusão estava prevista para 1990.

Esta situação, associada a uma extrema burocracia no processo de tramitação dos projectos, tem levado a grandes atrasos no desbloqueamento das verbas.

Está previsto que, no ano de 1990, se dê início à 2ª Fase deste programa, que decorrerá até 1996. Julga-se que irão ser introduzidas algumas alterações, tais como a exclusão do eucalipto como espécie alvo de ajuda e a inclusão da silvopastorícia como actividade subvencionada.

Test i percentico i lo come mone e con o condiciones i per test come en percentico de come en percentico de come en contrato de come en contrato de comito de comito de contrato de contra

BIBLIOGRAFIA

- Alves, A.A. Monteiro Técnicas de Produção Florestal.
- Banco Mundial Boletim do Grupo Coordenador do Projecto Florestal.
- Campos, Bernardo O Sector Florestal na Região Centro, in Desenvolvimento Regional, nº 28/29, CCRC, Coimbra, 1989.
- Carneiro, Castro PEDAP Algumas Reflexões sobre a Aplicação Regional.
- Carvalho, Armando Contributo para a Utilização Racional do Eucalipto em Portugal, Cadernos QUERCUS, B, nº 10, Coimbra, 1990.
- CCRC A Região Centro Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento, Coimbra, 1981.
- Goes, Ernesto Os Eucaliptos.
- Gomes, A.M. Azevedo Fomento da Arborização nos Terrenos Particulares.
- Neves, C. M. L. Baeta A eucaliptofobia e as pragas dos eucaliptos, Instituto dos Produtos Florestais, Lisboa, 1982.
- Pereira, J. M. Santos O eucalipto e a protecção da natureza uma contribuição para o debate, Bios, nº 25: 3-6, LPN, Lisboa, 1981.
- Sequeira, E. Menezes Desertificação em Portugal, Floresta e Ambiente, nº 2, Lisboa, 1988.
- Legislação Diversa.

STALL SHEET

.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Colaboração:

- Comissão de Coordenação da Região Centro, nas pessoas de:
 - Dr. Bernardo Campos
 - Eng. Armando Carvalho
- Circunscrição Florestal de Coimbra, nas pessoas de:
 - Eng. Luís Pinheiro
 - Eng. Portugal
 - Eng. Levi
- Manuela Marques

ANEXOS

The second secon

State.

PROJECTOS COM CONTRATOS REALIZADOS AND 1987

_	A CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR	
Subsídio	1.058,200\$00 235,080\$00 17,381,490\$00` 227,210\$00 2.860,781\$0	21.762.761\$00
Orçamento	1.388.560\$00 752.820\$00 23.977.260\$00 318.410\$00 4.472.923\$00	222,30 30.909.973\$00 21.762.761\$00
Area (ha)	17 7 160 6 32,3	222,30
Concelho	Oliv. Hospit. Cantanhede P. Serra Penela Coimbra	
Propriedade	Carrasqueira Poceirão Santa Luzia Charneca Chã da Mata	
Administração	Arganil Nira Arganil Lousä Coimbra	
Proponente	Mário Fonseca e Silva Leovegildo S. Albuquerque Centro D. da Lousã (E.D.P.) António Luís Gonçalves Junta Freg. Botão	TOTAL
Nº do Proje.	46 75 117 128 133	

PROJECTOS COM CONTRATOS REALIZADOS ANO 1988

	9	-		0	0	9	0	6	0	_	_	o	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	_	0	0	
Subsídio	699.110\$00	3,532,078\$00	6.556.000\$00	2.127.000\$00	384.540\$00	837,900\$00	1.667.950\$00	704.404\$00	41.494.727\$00	14.614.321\$00	1.085.022\$00	583,126\$00	535,638\$00	224.500\$00	1.156,640\$00	2.469.770\$00	4.912.969\$00	1.453.250\$00	8.604.500\$00	1.826.021\$00	5.012.680\$00	2.048.790\$00	2.675.061\$00	1.313.873\$00	1.731.710\$00	962.770\$00	3.814.960\$00	2,994,340\$00
Orçamento	1.138.000\$00	3.875.760\$00	6.556.000\$00	2.772.000\$00	899,480\$00	1.304.100\$00	1.974.260\$00	1.222.253\$00	45.534.976\$00	14.657.688\$00	1.427.037\$00	891,645\$00	745.090\$00	266.140\$00	1.505.870\$00	3.690.000\$00	6.339.650\$00	1,556,690\$00	11.675.000\$00	2.180.424\$00	16.316.950\$00	2.378.500\$00	3.583.000\$00	1.486.170\$00	2.568.640\$00	1.343.000\$00	5.817.720\$00	. 3.312.490\$00
Area (ha)	. 8	36,3	70	25	7	35	21	12	250	90	10	9	7,5	8	12,5	25	38,5	20,5	09	14,5	92'6	19,7	20	13,6	14,5	25	95	20
Concelho	Ansião	Pombal	Lousã	Lousã	Penela	Mira	Lousã	Soure	Soure	Penela	Lousã	Alvaiazere	Fig. Vinhos	Gois	Gois	Gois	Gois	Pamp. Serra	Tábua	Cois	Alb. Velha	01. Hospital	P. Serra	P. Serra	Gois	Coimbra	Oliv. Azeméis	Coimbra
Propriedade	Matinha	Qta. Ourão	Baldio Codes.	Cabeço Peão	Vale de Arinto	Pinhal Montal.	Cajeiró	Qta. Bicanho	Baldio Tapeus	Baldio	Barreiros	Infante	Vale de Água	Braceiro	Senhora Guia	Vale Abruta	Soitinho	Castelejo	Qta, Venda P.	Carriço	Qta. Caima	Coruja	Barroca	Corga. Nog.	Ribeira	Mata Antanhos	Qta. do Covo	Qta. F. Canas
Administração	Pombal	Lousã	Lousã	Lousã	Lousā	Mira	Lousã	Fig. Foz	Pombal	Lousã	Lousã	Pombal	Lousã	Arganil	Arganil	Arganil	Arganil	Argani1	Arganil	Arganil	Águeda	Arganil	Arganil	Arganil	Arganil	Coimbra	Aveiro	Coimbra
Proponente			Junta da Freg. Serpins	Câmara Municipal Fig. Vinhos	José Freire dos Reis	Câmara Municipal Mira	A.P.F. Cajeiró	Manuel Marques Pedrosa	Junta Freg. Tapeus	Junta Freg. Espinhal	Abilio José Frenandes	José Rodrigues Ferreira	Área Agrupada Vale Água	Área Agrupada Braceiro	António Nunes Craveiro	Área Ag. Vale Abruta	Area Agr. Soitinho	Area Agr. Castelejo	A.P.F. Venda do Porco	A. Agr. Carriço	Companhia C. do Caima	Área Agr. Coruja	Área Agr. Vale da Gata	Área Agr. Corga Nogueira	Área Agr. da Ribeira	Manuel Marques Pedrosa	Manuel Paulo C. Lemos	Área Agr. Qta. Fonte Canas
Nº do Proje.	777	89	70	72	187	188	210	211	229	250	252	257	260	261	262	264.	265	266	267	268	269	275	278	329	344	346	347	348

PROJECTOS COM CONTRATOS REALIZADOS ANO 1988

Sto

	8	00	00	00	. 00	00	100	00	00	00	00	00	00	00	00	00	õ	0	<u> </u>	2
Subsidio	2,988,600\$00	221.930\$00	31.881.100\$00	3.361,513\$00	438.300\$00	1.642.330\$00	33.604.308\$00	19.226.013\$00	765.710\$00	1.550,864\$00	664,656\$00	2.042.470\$00	9.538.610\$00	1.734.914\$00	10.466.787\$00	11.314.706\$00	32.156.399\$00	15.229.440\$00		294.852.300\$00
Orçamento	4.229.900\$00	739.770\$00	31.961.900\$00	4.690.170\$00	530.478\$00	2.124.990\$00	37.117.761\$00	29.247.576\$00	1.232.504\$00	1,938,580\$00	1.107.760\$00	5.464.060\$00	9.567.960\$00	1.921.069\$00	10.466.787\$00	11.314.706\$00	35,375,783\$00	19.686.640\$00		355.736.927\$00
Área (ha)	27	7	307	23	6	6	170	135	7	14	8	27	63	12	20	69	210,5	89,5	•	2297,2
Concelho	MontVelho	Cantanhede	P. Serra	Argani1	Lousã	Tábua	Alvaiazere	Pomba1	Oliv. Hospital	Ovar	Ovar	Mortágua	Arganil	P. Serra	P. Serra	Arganil	Pombal	Agueda	Last 20.	
Propriedade	Qta. S.Eufémia	Praeira	Valongo	Qta, Ribalta	Qta, Catrap.	Laginha	Serra Pequena	Qta. Gramela	Qta. Serrana	Carregal	Gualter	Lapa Raposa	Qta. Ribeira	Bafões	Vale da Fonte	Rendeira	Baldio	Qta. Samouca		
Administração	Fig. Foz	Mira	Arganil	Arganil	Lousã	Arganil	Pomba1	Pomba1	Arganil	Aveiro	Aveiro	Bussaco	Arganil	Arganil	Arganil	Arganil	N. Pombal	Agueda		
Proponente	Maria de L. G. Santana	Manuel Oliveira Patricio	π	Área Agr. Qta. Ribalta	a	Basilio F.C. Mata	>	Soc. Agr. Qta. Gramela	Câmara Mun. Oliveira Hospital	Area Agr. Carregal	Augusto Godinho A. Chaves	z	Área Agr. Qta. Ribeira	Área Agr. Bafões	Area Agr. da Urra	Area Agr. Rendeira	Junta Freg. Redinha	Area Agr. Samouca		TOTAL
Nº do Proje.	349	350	370	372	373	384	386	387	389	390	391	4.15	416	422	423	424	426	483		

PROJECTOS COM CONTRATOS REALIZADOS ANO 1989

Nº do Proje.	Proponente	Administração	Propriedade	Concelho	Area (ha)	Orçamento	Subsídio	_
.39	Carlos M.B.S. Leitão	Lousã	Qta. Convento	Pedrogão G.	5,5	838.660\$00	666.162\$00	-
172	Área Ag. Coelhosa	Arganil	Coelhosa	Gois	36,5	6.564.700\$00	4,408,010\$00	-
176	d)	Arganil	Ribeiro	Gois	25	4.964.910\$00	3.629.700\$00	_
137	A.P.F. Sobras Gordo	Arganil	Várias	Arganil	96	23.522.850\$00	23.419.660\$00	
342	Area Agr. Sobreiro	Lousā	Várias	Pedrogão Grande	20	9.902.980\$00	6.556.920\$00	
343	Manuel Miguel Barata	Arganil	Vale Sobreiras	Gois	2	1.097.400\$00	543.220\$00	-
345	Area Agr. Vitoiro Redondo	Lousã	Marco	Fig. Vinhos	23	3.723.765\$00	2.716.934\$00	-
371	Area Agr. Vale S. Pedro	Arganil	Vale S.Pedro	Arganil	7	1.019.610\$00	936.626\$00	
379	Área Agr. Forcado	Lousã	Carvalho	Lousã	45	7.287.564\$00	4.539.671\$00	_
417	Junta Freg. Ervedal	Arganil	Baldio Fiais	Oliv. Hospital	25	3.773.200\$00	3,773,200\$00	
425	Área Agr. Feiteira	Arganil	Covão	Pamp, Serra	52	4.268.123\$00	4.201.710\$00	
427	As. Comp. Moura Serra	Arganil	Baldio	Arganil	343	51.201.997\$00	51,151,037\$00	
184	Marques e Filhos	Lousã	Casal Cearas	Fig. Vinhos	35	1.485.000\$00	1.013.300\$00	
98+	Junta Freg. Pomares	Arganil	Baldio	Arganil	26	5.186.250\$00	5.186.250\$00	_
187	Area Agr. Lameirinhos	Arganil	Lameirinhos	Gois	6	1.402.600\$00	826.530\$00	_
497	Área Agr. Cabeço Mosqueiro	Arganil	Cabeço	Gois	12,5	715.130\$00	638,460\$00	
16	Câmara Mun. Penacova	Bussaco	Serra Atalhada	Penacova	250	45.934.040\$00	45.934.040\$00	_
119	Area Agr. Vale Grades	Lousã	Vale Grades	Lousã	15	2.200.180\$00	1.492.590\$00	_
20	Artur Concalves Pedrosa	Lousã	Qta. Aveleira	Alvaiazere	18	2.526.954\$00	884.735\$00	_
529	Coop. Agro-Pecuária	Lousã	Baldio Ceira	Gois	405	20.513.560\$00	18,783,730\$00	_
536	José dos Santos Ferreira	Arganil	Cadavais	Cois	20	691.000\$00	504.150\$00	_
578		Agueda	Qta.Falgarinho	Agueda	19,5	4.257.000\$00	1.894.310\$00	_
579	Area Agr. Vale Gestal	Arganil	Vale Gestal	Arganil	21	2.770.910\$00	1.801.090\$00	_
521	Area Agr. Valdoeiro	Bussaco	Valdoeiro	Mealhada	7	905.054\$00	612.235\$00	_
								_
	TOTAL				1551	206.753.437\$00	186.114.270\$00	
							1	_

PEDAP REG. (CEE) 3828/85 Movimento acumulado de projectos até 31/05/89

(em milhares de escudos)

	Nº PROJ.	INVESTIMENTO	SUBSÍDIO
Acção Florestal	1 226	16 011 975	14 965 341
Electrificação	2 573	4 711 355	3 808 573
Caminhos	1 070	8 996 977	8 671 594
Regadios Trad.	847	3 206 159	3 095 142
Olivicultura	3 462	2 136 165	1 939 892
Drenagem	279	966 448	695 026
Mertola	118	1 441 814	1 124 497
Peq. Reg. Ind.	672	3 431 938	1 740 954
C. F. P. Agric.	66	1 353 391	1 345 849
C. F. P. Técn.	29	1 980 056	1 973 665
A. D. S.	80	2 419 246	2 419 246
Sementes	91	833 749	511 742
Reab. Per. Rega	1	23 942	20 351
Novos Reg. Col.	7	414 300	414 300
Estudos	2	35 915	35 915
Madeira	17	82 775	75 792
Açores	41	653 890	653 890
Artº 15º	38	313 377	313 377
TOTAL	10 619	49 013 472	43 805 146

QUADRO FINANCEIRO II Acção Florestal

REGIÕES PLANO	Entidades	1986	1987	1988	1989	TOTAL	%
Norte	Total	41 190	987 950	1732 950	1757 150	4519 240	1.
Centro	Total	41 190	987 950	1672 950	1697 150	4399 240	ï
Lisboa e Vale do Tejo	Total	17 740	415 600	603 400	604 100	1 640 840	,
Alentejo	Total	24 490	356 050	680 550	700 750	1 761 840	1
Algarve	Total	21 740	179 900	408 400	412 600	1 022 640	
	Est. Port.	62 760	1 321 860	2 306 810	2 344 560	6 035 990	46
TOTAL	FEOGA	83 290	1 362 590	2 353 440	2 389 190	6 188 810	46
NACIONAL	Proprie.		243 000	438 000	438 000	1 119 000	8
	TOTAL	146 350	2 927 450	5 098 250	5 171 750	13 343 800	100

Ш

PEDAP - Projectos entrados no IFADAP em 1986 e 1987

. .

570

PEDAP - Programa de Acção Florestal Projectos entrados no ano de 1986

Unid.: 10 6 Esc.

SUB-PROGRAMA	Unidades	Valor Inves-	Subsídio	Subsídio	Subsídio
is to large 21		timento	FEOGA	Nacional	Total
Norte	36	356,0	169,5	169,6	339,1
Centro :	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lisboa e Vale do Tejo	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alentejo	0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	36	356,0	169,5	169,6	339,1

Fonte: IFADAP/GIG

PEDAP - Programa de Caminhos Agrícolas e Rurais Projectos entrados no ano de 1986

Unid.: 10 6 Esc.

SUB-PROGRAMA	Unid	ades	Valor	Inves-	Subsídio	Subsídio	Subsídio
6.0			tim	ento	FEOGA	Nacional	Total
Entre Douro e Minho	121	0	431	0,0	0,0	0,0	0,0
Trás-os-Montes		0		0,0	0,0	0,0	0,0
Beira Litoral	æ	10		103,6	77,7	25,9	103,6
Beira Interior	15.05	0		0,0	0,0	0,0	0,0
Ribatejo e Oeste		0		0,0	0,0	0,0	0,0
Alentejo	16	0		0,0	0,0	0,0	0,0
Algarve		0		0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL		10		103,6	77,7	25,9	103,6

Fonte: IFADAP/GIG

PEDAP - Programa de Regadios Tradicionais Projectos entrados no ano de 1986

Unid.: milhares de contos

SUB-PROGRAMA	Unidades	Valor Inves-	Subsídio	Subsídio	Subsídio
	77.	timento	FEOGA	Nacional	Total
Entre Douro e Minho	- 0	0,0	0,0	0,0	0,0
Beira Litoral	6	18,0	14,1	4,7	18,8
Beira Interior	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ribatejo e Oeste	, 1	6,4	4,8	1,6	6,4
TOTAL	7	25,2	18,9	6,3	25,2

Fonte: IFADAP/GIG

610

PEDAP - Programa de Acção Florestal Projectos entrados DE 01/01/87 A 31/12/87

Unid.: milhares de contos

SUB-PROGRAMA	Unidades	Valor Inves-	Subsídio	Subsídio	Subsídio
	1	timento	FEOGA	Nacional	Total
Norte	94	2174,3	1085,3	1085,1	2170,4
Centro :	43	1134,3	560,6	560,7	1121,3
Lisboa e Vale dò Tejo	33	275,9	125,1	125,0	250,1
Alentejo	16	293,3	144,8	144,8	289,6
Algarve	28	331,9	145,3	145,3	290,6
TOTAL	214	4209,7	2061,1	2060,9	4122,0

Fonte: IFADAP/GIG

PEDAP - Programa de Electrificação das Explorações Agrícolas Projectos entrados de 01/01/87 a 31/12/87

Unid.: milhares de contos

SUB-PROGRAMA	Unidades	Valor Inves-	Subsídio	Subsídio	Subsídio
	WINE TELL	timento	FEOGA	Nacional	Total
Entre Douro e Minho	22	15,2	8,8	2,9	11,7
Trás-os-Montes	85	186,5	121,1	40,3	161,4
Beira Litoral	7	6,8	4,2	1,4	5,6
Beira Interior	151	201,1	125,8	42,0	167,8
Ribatejo e Oeste	154	588,4	382,5	127,1	509,6
Alentejo	340	670,0	427,6	142,5	570,1
Algarve	14	14,5	8,3	2,8	11,1
TOTAL	773	1682,5	1078,3	359,0	1437,3

Fonte: IFADAP/GIG

PEDAP - Programa de Caminhos Agrícolas e Rurais Projectos entrados de 01/01/87 a 31/12/87

Unid.: milhares de contos

SUB-PROGRAMA	Unidades	Valor Inves-	Subsídio	Subsídio	Subsídio
the receipt and	-1_1	timento	FEOGA	Nacional	Total
Entre Douro e Minho	195	1051,9	789,0	262,9	1051,9
Trás-os-Montes	54	576,1	337,4	112,5	449,9
Beira Litoral	190	780,4	540,9	180,3	721,2
Beira Interior	55	806,7	595,5	198,5	794,0
Ribatejo e Oeste	83	721,2	540,9	180,3	721,2
Alentejo	29	492,4	369,3	123,1	492,4
Algarve	35	565,1	423,8	141,3	565,1
TOTAL	641	4993,8	3596,8	1198,9	4795,7

Fonte: IFADAP/GIG

PEDAP - Programa de Regadios Tradicionais Projectos entrados de 01/01/87 a 31/12/87

Unid.: milhares de contos

SUB-PROGRAMA	Unidades	Valor Inves-	Subsídio	Subsídio	Subsídio
The Lamburg parents again	6.7.0911	timento	FEOGA	Nacional	Total
Entre Douro e Minho	266	810,3	576,6	192,2	768,8
Beira Litoral	109	334,8	250,4	83,4	333,8
Beira Interior	29	139,6	92,4	30,8	123,2
Ribatejo e Oeste	5	43,9	27,7	9,2	36,9
TOTAL	409	1328,6	947,1	315,6	1262,7

Fonte: IFADAP/GIG

PEDAP - Programa Nacional de Olivicultura Projectos entrados de 01/01/87 a 31/12/87

Unid.: milhares de contos

SUB-PROGRAMA	Unidades	Valor Inves-	Subsídio	Subsídio	Subsídio
		timento	FEOGA	Nacional	Total
Entre Douro e Minho	3	0,3	0,1	0,2	0,3
Trás-os-Montes	187	110,4	45,7	45,7	91,4
Beira Litoral	30	9,6	4,2	4,2	8,4
Beira Interior	11	5,2	1,9	1,8	3,7
Ribatejo e Oeste	406	238,2	113,4	113,3	226,7
Alentejo	374	360,8	166,1	166,0	332,1
Algarve	12	1,5	0,8	0,7	1,5
TOTAL	1023	726,0	332,2	331,9	664,1

Fonte: IFADAP/GIG

PEDAP - Programa de Pequenos Regadios Individuais Projectos entrados de 01/01/87 a 31/12/87

Unid.: milhares de contos

SUB-PROGRAMA	Unidades	Valor Inves-	Subsídio	Subsídio	Subsídio
		timento	FEOGA	Nacional	Total
Entre Douro e Minho	2	2,2	0,7	0,7	1,4
Beira Interior	5	28,7	10,0	10,1	20,1
Ribatejo e Oeste	22	121,8	36,3	36,3	72,6
Alentejo	45	224,6	75,1	75,0	150,1
Algarve	1 2	20,1	7,0	7,1	14,1
TOTAL	76	397,4	129,1	129,2	258,3

Fonte: IFADAP/GIG

PEDAP - Programa de Drenagem do Alentejo Projectos entrados de 01/01/87 a 31/12/87

Unid.: milhares de contos

SUB-PROGRAMA	Unidades	Valor Inves- timento	Subsídio FEOGA	Subsídio Nacional	Subsídio Total
Ribatejo e Oeste	1	15,2	7,7	4,5	12,2
Alentejo	85	421,7	191,1	109,4	300,5
TOTAL	86	436,9	198,8	113,9	312,7

Fonte: IFADAP/GIG

Composto e Impresso na Secção de Offset da Comissão de Coordenação da Região Centro

Dezembro de 1991

Tiragem: 1200 exemplares

Conjusted Inspired na Section Colored In Confederate Coordinates (A. Reeste Co. Yourne

14-2-34